



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 8/X-2º/2010-11

1 - Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas 21H15, no Salão Polivalente da Escola Básica 1º Ciclo/Jardim de Infância, sitas na Rua Raposo de Cima, Monte de Caparica, na Caparica, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de Abril, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal

3.2 - Deliberação sobre o Mandato do Accionista Município na Assembleia Geral da CostaPolis

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os "Documentos de Prestação de Contas referentes a 2010".

3.3.1 - Relatório e Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeiras do Município.

3.3.2 - Relatório e Conta de Gerência de 2010 e Anexos às Demonstrações Financeiras dos SMAS.

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara sobre 1ª Revisão Orçamental dos SMAS/2011.

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registaram-se as faltas do Sr. Fernando Jorge Amoreira Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica (Ent. nº 1139/X-2º) e do Sr. António Pinho Gaspar Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (Ent. nº 1169/X-2º).

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 27 de Abril de 2011 (Ent. nº 1140/X-2º) (**Conforme Anexo I**).
- A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Monteiro Ramos, com Ausência nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2011 (Ent. nº 1101/X-2º) (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Neves Correia Taipas, com Ausência nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2011 (Ent. nº 1123/X-2º) (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2011 (Ent. nº 1040/X-2º) (**Conforme Anexo IV**).
- A Senhora Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato, com Ausência nos dias 27, 28 e 29 de Abril (Ent. nº 978/X-2º) (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Helder de Jesus Dias Viegas, com Ausência nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2011 (Ent. nº 1048/X-2º) (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Miguel António Alves Duarte, com Ausência no dia 27 de Abril de 2011 (Ent. nº 1135/X-2º) (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 27 de Abril de 2011 (Ent. nº 1134/X-2º) (**Conforme Anexo VIII**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 27 de Abril de 2011 (Ent. nº 1136/X-2º) (**Conforme Anexo IX**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com Ausência no dia 27 de Abril de 2011 (Ent. nº 1137/X-2º) (**Conforme Anexo X**).
- O Senhor Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2011 (Ent. nº 1102/X-2º) (**Conforme Anexo XI**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José Gabriel Guiomar Joaquim, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, do eleito Senhor Bruno Ramos Dias e por impedimento da cidadã Sr.^a Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XII e XIII**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, da eleita Sr.^a Maria Luísa Monteiro Ramos (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV**).
- O Candidato Senhor José Pereira Peixoto de Magalhães, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, do eleito Sr. Sérgio Neves Correia Taipas e por impedimento da cidadã Sr.^a Cátia Sofia Canelas Gaudêncio (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XV e XVI**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata e por impedimento do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da Cidadã Sr.^a Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da Cidadã Sr.^a Margarida Santos Serafim e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV) (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XVII, XVIII, XIX, XX e XXI**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, da eleita Sr.^a Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII**).
 - A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, do eleito Sr. Helder de Jesus Dias Viegas (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIII**).
 - O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, do eleito Sr. Miguel António Alves Duarte (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIV**).
 - O Candidato Senhor Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXV**).
 - A Candidata Senhora Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVI**).
 - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVII**).
 - O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 27 de Abril, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Sr.^a Teresa Isabel Ralha da Costa Santos (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXVIII e XXIX**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Almada, Feijó e Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor João Renato Caetano Montalvo, Senhor José Carlos Caldeira Lourenço e Senhor António Júlio Mandes Pereira, respectivamente (**Conforme Anexos XXX, XXXI e XXXII**).
- 4.3** - O Sr. Presidente da Assembleia colocou à consideração a acta atrasada que é a acta nº 4 e as actas nº 6 e 7 que foram distribuídas. Relativamente à Acta nº 4 não foi votada devido à questão colocada pelo Sr. Deputado Fernando Pena que se desejar tem a palavra para colocar a Assembleia o que entende por bem. Apresentou também à consideração da Assembleia as Minutas das Actas Nº 4/X-2º/2010-11, 6/X-2º/2010-11 e 7/X-2º/2010-11.

4.3.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como esta Assembleia está recordada, havia uma questão relativamente a uma intervenção na Assembleia Municipal que se realizou nos Bombeiros de Cacilhas, pela resposta que o Sr. Presidente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

fez a minha intervenção não terá ficado registado nos microfones, eu recordo que nós nem sequer naquela sala tínhamos microfone por bancada. Era um microfone portátil, era meia noite e meia quando eu interpelei a Mesa relativamente ao fim dos trabalhos. O Sr. Presidente não assentiu e estava para intervir o Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas que até terá feito um comentário relativamente ao meu pedido. Este facto do meu pedido de encerramento dos trabalhos por estar na hora prevista do Regimento e a resposta do Sr. Presidente não estando gravadas, foram no entanto factos que aconteceram naquela reunião e que portanto eu creio que deveriam estar lavrados em acta."

4.3.2 - O Sr. Presidente da Assembleia:

"Srs. Deputados Municipais;

Relativamente a esta situação dar-vos conta de que na verdade, na gravação da acta nada consta. Foi colocado à consideração do Sr. Deputado Municipal poder ele próprio ouvir, prescindiu dessa possibilidade porque com certeza acreditou que não estava. Relativamente ao resto e a parte substancial dar nota que a acta do ponto de vista legal e regimental está em conformidade, ou seja, o que é obrigatório constar da acta são as presenças, as faltas, as deliberações tomadas e no caso de haver declarações de voto que assim o entendam constar também, por isso a acta está certa. De qualquer maneira chamo a atenção de que na acta nº 7 a questão que colocou está referida, porque aí sim foi gravado, desde a fala do Sr. Deputado à minha explicação e depois a intervenção feita pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço, que deu origem para que voltássemos a essa situação. Pelo que pela minha parte não vejo que se possa alterar a acta de algo que não está gravado tendo em conta que a gravação é que serve de base à feitura da acta. Por outro lado aquilo que é substancial e repito isto, que o Sr. Deputado queria em acta está na acta número 7."

4.4 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação.

4.4.1 - A Acta Nº 4/X-2º/2010-11 foi aprovada por maioria com 33 votos a favor dos eleitos da CDU, PS, PSD e BE, 1 voto de abstenção de eleito da CDU e 2 votos contra dos eleitos do CDS-PP.

4.4.2 - As Actas No 06/X-2º/2010-11 e Nº 7/X-2º/2010-11, foram aprovadas por maioria com 35 votos a favor dos eleitos da CDU, PS, PSD, BE e CDS-PP e 1 voto de abstenção de eleito da CDU.

4.4.3 - As Minutas das Actas Nº 04/X-2º/2010-11, Nº 6/X-2º/2010-11 e Nº 7/X-2º/2010-11 foram ratificadas por unanimidade.

4.5 - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 752/X-2º ao nº 1099/X-2º, do Expediente Enviado do nº 209/X-2º ao nº 337/X-2º; dos E-mail Enviados e Recebidos, E-mail recebido no período de 18 Fevereiro a 16 Abril 2011 e E-mail enviado no período de 22 de Fevereiro a 15 de Abril de 2011; informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 14/X-2º/2010-2011, da Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 03/X-2º/2010-2011 (Período de 27 de Fevereiro a 25 de Abril de 2011), das Actas Nº 4/X-2º/2010-11, 6/X-2º/2010-11 e 7/X-2º/2010-11 e das Minutas das Actas Nº 4/X-2º/2010-11, 6/X-2º/2010-11 e 7/X-2º/2010-11, para aprovação e ratificação.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.6 - O Presidente deu nota da presença de uma turma que está acompanhada pela respectiva professora, uma turma da Escola Emídio Navarro, da disciplina de Ciência Política e que quis assistir a uma Sessão da Assembleia, bem haja Sr.^a Professora Laura Girão, bem-hajam aos alunos que estão presentes.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Município Exm.^o Senhor Gonçalo Gouveia Martins Paulino, residente na Avenida 25 de Abril, nº 65 - 1º Esq. - 2800-304 Cacilhas.

5.1.1 - O Município Exm.^o Senhor Gonçalo Gouveia Martins Paulino:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Exmo. Senhor Presidente,

Desde que tomámos posse há sensivelmente um ano e meio, e mesmo anteriormente, que nos temos batido pela revitalização do comércio de rua e pelos serviços a ele associados no Concelho de Almada.

Uma das razões que nos levou a este cargo foi precisamente o de ver respeitada a opinião e vivência das pessoas que todos os dias contribuem para que Almada seja uma Cidade com vida e com qualidade, os comerciantes.

Finda a apresentação por parte da Direcção da Delegação de Almada de diversas propostas e resposta por parte da Vereação correspondente e demais partidos com assento na Assembleia Municipal, cabe-nos apresentar as seguintes conclusões.

Em relação à proposta de colaboração que fizemos ao Conselho de Administração da ECALMA em 1 de Junho de 2010 e novamente em 14 de Janeiro de 2011, continuamos a aguardar resposta concreta, à maior parte das questões apresentadas.

Em relação às questões colocadas acerca da Pedonalização da Rua Cândido dos Reis, pensamos que as questões colocadas em relação ao período de obra foram acauteladas com a disponibilização de lugares no novo parque da Rua Comandante António Feio, parque do Morro e parque da Fragata D. Fernando II e Glória. Achamos que estas alternativas de estacionamento e o novo plano de circulação devem ser amplamente promovidas para que, os clientes continuem a frequentar os estabelecimentos das zonas afectadas pelas obras. As cargas e descargas também irão ser permitidas na rua, ao contrário do que se pensava anteriormente, no decurso da obra. Continuaremos a monitorizar as obras e os impactos negativos que vierem a afectar os estabelecimentos comerciais nessa área.

A proposta apresentada à Exma. Senhora Presidente e aos Exmos. Vereadores em relação à zona central de Almada, já nos permite comunicar-vos as posições dos diferentes partidos, inclusive do CDS-PP, que tem assento na Assembleia Municipal.

O CDS-PP, PSD e PS tendo ouvido a opinião e observado os factos apresentados pela Direcção, foram peremptórios em assumir que estando os comerciantes e prestadores de serviço numa situação de contacto diário e privilegiado com os clientes e habitantes de Almada, a sua posição deveria ser levada em consideração quando se fala de assuntos que afectam a sua vida comercial diária. Foi por isso mesmo, esta proposta, acolhida de uma forma natural por estes três partidos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A CDU tendo-se feito representar pelos três Vereadores responsáveis pelos pelouros em Almada, discordou em pleno do plano por nós apresentado em relação à abertura do eixo- canal, adiantando que, o objectivo para o Centro de Almada apenas compreendia retirar carros do centro de Almada e “devolver” as ruas aos peões. Foi-nos mesmo dito pelo Exmo. Sr. Vereador Rui Jorge, quando questionado sobre se os objectivos comerciais tinham sido positivos, que não existia qualquer tipo de objectivo comercial delineado quando se fez esta obra. Esta posição clarificou o porquê da desgraça comercial que se abateu sobre o centro de Almada. Foi-nos transmitido pelo Vereador António Matos que, ao contrário do que foi anunciado antes do início das obras no centro de Almada, não haveria investimento específico para atrair pessoas ao centro de Almada devido aos cortes financeiros da C.M.A.

Uma zona sem atractivos e com fraca facilidade de mobilidade traduzem-se no que os comerciantes e prestadores de serviços dizem há muitos anos, o Plano de Mobilidade do Centro de Almada não funciona e tem de mudar.

Desde o início das obras do MST que em Almada Centro fecharam cerca de 240 lojas e ficaram sem emprego cerca de 740 trabalhadores. Em relação ao restante Concelho esta média, é assustadoramente maior no centro de Almada. Não havendo dados sobre os benefícios das medidas tomadas para o centro de Almada parecem ainda mais evidentes os malefícios causados. O plano por parte da C.M.A. de certeza com as melhores intenções, de atrair novos investidores para as zonas Históricas irá sempre redundar em falhanço se não se conservar e potenciar o comércio já existente. Não existe nenhuma loja Ancora disposta a investir no centro de Almada, sem que mobilidade seja efectivamente melhorada.

Idêntica posição assumiu o Bloco de Esquerda, argumentando que todas as nossas medidas iriam ser apoiadas, à excepção da reabertura do trânsito no eixo-canal. Tal como dito anteriormente, foi transmitido ao Bloco de Esquerda que o plano de reabilitação do comércio de rua no Centro de Almada nunca se irá desviar da base para o sucesso, o restabelecimento do trânsito na única Avenida do Centro de Almada.

Pelas palavras da Exma. Sra. Vereadora Helena Oliveira a pedonalização irá manter-se e o objectivo é garantir a total execução da pedonalização ou seja, não passarem mais carros. Tendo sido um partido que se tem batido pelo direito ao emprego, nomeadamente dos funcionários da C.M.A. e dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, causa-nos estranheza a diferença de tratamento em relação aos trabalhadores do comércio de rua. Não nos foi transmitida qualquer justificação para manter a Avenida tal com está neste momento. A semelhança da CDU, o BE não tem argumentos comerciais positivos para manter esta situação.

Pela nossa experiência, todas as acções desenvolvidas pela Delegação de Almada da ACSDS e apesar do seu enorme sucesso, esbarram num dia a dia problemático em matéria de circulação automóvel, com uma excessiva acção penalizadora por parte da ECALMA em relação a comerciantes, visitantes e residentes que contribuem para um afastamento das pessoas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A grave crise nacional é já de si própria devastadora para o comércio de rua e serviços sem que tenham de haver mais elementos que afastem as pessoas das zonas históricas.

Porque não se fizeram estudos de satisfação após mais de 3 anos de conclusão da obra do metro?

Serão os resultados demasiado clarificadores e contrários ao objectivo de trazer mais pessoas ao centro de Almada?

Vimos por este meio sugerir que seja dada atenção pelos Exmos. Senhores Autarcas e Deputados Municipais, a este assunto que tanto prejudicou a vida dos comerciantes do centro de Almada e que urge modificar.

Da nossa parte, poderão continuar a contar com a nossa participação entusiasta em todos os projectos que a C.M.A. ou os próprios comerciantes venham a desenvolver para atrair mais pessoas aos centros Históricos e diferentes zonas turísticas do nosso Concelho de Almada desde que o retorno do investimento seja favorável a todos os interesses.

5.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Nuno Miguel Barros Oliveira, residente na Av.ª 25 de Abril, nº 65 - 1º Esq. - 2800-304 Cacilhas.

5.2.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Nuno Miguel Barros Oliveira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vimos por este meio pronunciarmo-nos sobre o novo Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Município de Almada, aprovado por deliberação da Câmara Municipal em última reunião de 20 de Abril.

Em primeiro lugar, cabe-nos felicitar Câmara Municipal por ter aprovado a reposição do horário das superfícies com área superior a 2000 m², abrangidas pelo Decreto-Lei nº 258/92, de 20 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 83/95, de 26 de Abril para todos os dias da semana com abertura às 08.00 horas e encerramento às 24.00 horas, excepto nos meses de Janeiro a Outubro, aos Domingos e feriados com abertura às 08.00 e encerramento às 13.00 horas. Tal medida vai de encontro às nossas reivindicações e evidências de que este alargamento de horários iria, a médio prazo, gerar mais desemprego do que emprego, ao contrário do que os grandes grupos económicos preconizavam. Trata-se de uma medida de justiça social básica, salvaguardando os interesses dos trabalhadores com o seu descanso semanal ao domingo.

Segundo dados da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal e passamos a citar:

Os dados agregados do 4º trimestre confirmam a tendência negativa registada nos últimos anos, tendo se perdido, desde 2005 mais de 50 mil empregos.

Estes dados coincidem com o período em que se assistiu à liberalização das aberturas de estabelecimentos comerciais, o que significa que a expansão e concentração da distribuição, principalmente no sector alimentar, teve um impacto claramente negativo sobre o nível de emprego no sector.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ou seja, ao contrário do que alguns vêm afirmando sobre o contributo positivo destes grupos e da política de liberalização que tem vindo a ser seguida, a verdade é que nunca o sector teve um desempenho tão negativo ao nível do emprego.

A dimensão da perda de emprego verificada revelam não só o impacto negativo do excesso de concentração nas pme do sector do comércio, mas indiciam igualmente, que os grandes grupos não estão igualmente a criar emprego.

Apraz-nos registar que a maioria dos Vereadores, não cedeu ao argumento falacioso do mal que poderia advir da abertura das grandes superfícies nos moldes actuais em Concelhos limítrofes ao de Almada. Deu-se um sinal claro de coragem e de marcar uma posição que vai ser avaliada pelos Concelhos que vierem a ter a mesma discussão em relação a novos regulamentos.

Em relação ao restante regulamento cabe-nos felicitar a forma como correu o processo de consulta a entidades e particulares. Foram ouvidas diversas entidades e foram alterados pontos do ante projecto que iam de encontro a algumas reivindicações.

Neste tipo de discussão é impossível agradar a todas as pessoas e instituições mas, em nossa opinião, o documento final é um Regulamento competente que salvaguarda os interesses do comércio de rua e serviços a ele associados, nomeadamente a área da restauração e diversão nocturna.

5.3 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Pedro Matias, residente na Rua Fernão Lourenço nº 21 1º - 2800-074 Almada.

5.3.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Pedro Matias:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estou aqui na qualidade de autarca na Freguesia de Almada e um dos temas que me trouxe aqui a falar tem a ver com o futuro do Centro de Almada, como é que podemos revitalizar o Centro de Almada. Hoje o comércio local de Almada como foi aqui dito pelo Presidente da Associação de Comerciantes tem grandes dificuldades. Eu numa primeira fase iria fazer aqui uma intervenção relativamente àquilo que, como se deve revitalizar um Centro Urbano, e numa segunda fazer irei fazer algumas considerações sobre aquilo que tem sido a posição da Câmara Municipal.

Qualquer que seja um Centro Urbano de maior ou menor dimensão constituirá sempre um enorme desafio conseguir reunir, conjugar e otimizar aquilo a que os homens se denomina por factores críticos de sucesso de Centros Urbanos. São cinco factores, a habitabilidade, a mobilidade, a competitividade, a atractividade, a visibilidade. Um comércio moderno flexível às necessidades da procura, portanto animado e gerido de forma integrada, dinâmica, será um dos itens mais importantes e que mais facilmente se aglutinará todos estes factores de sucesso. É por isso que ainda hoje a actividade comercial mais concretamente o comércio a retalho instalado num Centro Urbano como Almada constitui uma das mais fiéis referências do dinamismo sócio-económico não sendo por acaso que vulgarmente distinguimos também um centro urbano de outro pela qualidade, quantidade, diversidade, concentração, densidade ou da sua oferta comercial.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A crescente importância da actividade comercial tem vindo de um certo modo a conquistar cada vez mais defensores, fruto não só de uma notória dimensão espacial, mas também pelo mérito que lhe é reconhecido por diversos quadrantes ligados ao tema de revitalização dos Centros Urbanos. É hoje impensável falar-se dessa revitalização sem abordar o papel do comércio e o seu imprescindível contributo no sentido de se conseguir resultados marcados pelo necessário sucesso. Um Centro Urbano caracterizado por um comércio pouco dinâmico, com a versão pela modernidade confrontar-se-á necessariamente com as dificuldades em definir a sua vocação, qualquer que ela seja. Basta pensar-se apenas no exemplo e a título de breve reflexão o que é a Costa da Caparica, ter vocação turística num Centro Urbano sem que este apresente argumentos de peso no que ao comércio diz respeito. Obviamente que um comércio devidamente dinamizado e gerido de forma conjunta não será a solução para todos os males de que os Centros Urbanos enfermam. No entanto prevê-se que é pouco provável que algo se possa fazer em prol dos Centros Urbanos, sem que a vertente do comércio seja um dos pilares estratégicos. Este enquadramento tem a ver com o que vou dizer a seguir, daquilo que a Câmara Municipal tem feito.

Teve a Câmara Municipal de Almada em consideração a revitalização do Centro urbano em Almada? Não.

Esclareço, começo com a abordagem no plano da mobilidade. No plano da mobilidade actual o único critério considerado, foi o ambiental. Desta forma o impacto desse plano de mobilidade noutras áreas como o comércio local, como a habitabilidade, como a competitividade, como a visibilidade no Centro Urbano nunca foi considerado. Considero um erro grave com consequências devastadoras para o Centro Urbano. Este Plano de Mobilidade devia ser um instrumento de alavancagem de todos os outros factores, incluindo o ambiental. Mas esta decisão de incluir unicamente o factor ambiental não se deve a incompetência, nem a uma decisão involuntária que tem subjacente uma estratégia. Esta decisão foi o preço que esta Cidade os comerciantes e os munícipes tiveram que pagar para que a ambição pessoal de três ou quatro pessoas fosse realizada. Refiro-me à Sr.^a Presidente da Câmara, à Sr.^a da AGENEAL e a mais uma ou duas pessoas que gerem os interesses da Cidade e dos munícipes em função dos interesses pessoais. Estes são os verdadeiros responsáveis pela destruição do comércio local e do Centro Urbano. Lamento que interesses particulares se sobreponham aos interesses da nossa população. Compreendo que a Sr.^a Presidente ao fim destes anos já confunda onde termina a sua sala de estar e onde começa o Gabinete da Câmara, espero que compreenda, que no limite só é titular de um cargo público e esse não é constituído de nenhum direito de posse mesmo ao fim de 24 anos.

5.4 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Miguel Mascarenhas (Aluno 12^o Ano), Escola Secundária Emídio Navarro, Av. Rainha D. Leonor - 2804-517 Almada.

5.4.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Miguel Mascarenhas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Venho-me apresentar em nome da Escola Emídio Navarro que estamos a realizar uma visita de estudo no âmbito da disciplina de Ciência Política, vai de encontro a um dos programas da disciplina neste



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

caso mais especialmente às instituições democráticas e ao seu funcionamento, da cooperação do Poder Local com o Poder Nacional. Portanto viemos aqui esta noite, somos alguns elementos, se calhar os elementos mais jovens presentes e viemos assistir à aplicação deste mesmo ponto do programa da Ciência Política, e portanto queria deixar nota da nossa presença nesta Sessão.

5.5 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Deputado Municipal Armando Barata.

5.5.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Permitam-me um cumprimento especial ao Professores deste Agrupamento aqui da Caparica, também a toda a população na pessoa da nossa Presidente da Junta de Freguesia, dos autarcas da Freguesia da Caparica.

Uma primeira palavra, gostaria de dirigir exactamente aos alunos da Escola Secundária Emídio Navarro, a vossa vinda esta noite a esta Sessão da Assembleia Municipal de Almada é naturalmente para nós motivo de grande satisfação. Satisfação porque tendes uma Escola e uma Professora que se interessa por vos dar a conhecer na prática aquilo que é o exercício da democracia no que diz respeito ao Poder Local Democrático. Portanto, quero felicitar a Escola, felicitar a Professora e felicitar os alunos. Mas, dizer-vos que vocês nos estão, com a vossa presença a dar uma responsabilidade reforçada naquilo que é o nosso exercício enquanto autarcas quer da Câmara Municipal, quer da própria Assembleia Municipal. Certamente que esta reunião da Assembleia não poderá deixar de decorrer de forma elevada e com um elevado nível de exercício da democracia, porque temos nós outros a responsabilidade obviamente de contribuir para que a vossa aprendizagem seja uma aprendizagem que vos conduza também ao exercício da cidadania e ao interesse pelo exercício do Poder Democrático seja ele local e se for local ficamos com certeza muito satisfeitos quer a outros níveis do poder do nosso país. É muito interessante a vossa participação inclusivamente porque estamos a comemorar os trinta e sete anos do 25 de Abril em Portugal e com particular relevância no Concelho de Almada e considero de facto de grande acuidade e de grande interesse também este sinal de interesse da Escola por uma aprendizagem directa quando comemoramos os 37 anos da conquista da liberdade e da democracia. E por isso depois destas minhas palavras não deixarei obviamente de procurar fazer desta minha intervenção também algo que possa contribuir para a vossa aprendizagem. Relativamente a algumas questões que aqui foram trazidas nós temos a participação dos cidadãos, das instituições que entendem trazer à Assembleia Municipal os seus pontos de vista e também o resultado das suas diligências, eu queria aqui saudar a presença do Presidente da Delegação de Almada da Associação de Comerciantes do Distrito de Setúbal e nele todos os comerciantes que aqui estão que são vários e também o Vice-Presidente da Associação.

Dizer que houve obviamente referências a vários contactos, não os vou naturalmente comentar mas o que gostaria de deixar aqui é o seguinte, como informação de alguém que há vários anos a esta parte enquanto Presidente da Câmara, faz no próximo ano 25 anos que acompanho o planeamento e o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desenvolvimento do nosso Concelho. E queria deixar nota que no nosso Concelho as coisas não se fazem de forma aleatória, sem estudos e de uma forma não ponderada e não estudada. E queria dizer que exactamente por exemplo a localização do Almada Fórum decorre do Planeamento, decorre de opções que foram tomadas em sede do Plano Director Municipal em que se considerou que uma área de comércio daquela natureza não deveria situar-se dentro do Centro Administrativo e deveria ser deslocalizada, descentrada, relativamente ao centro administrativo onde o pequeno comércio tem a sua dominância e a sua maior expressão. E o próprio Metro Sul do Tejo em sede de Plano Director Municipal, estamos a falar de planeamento concelhio, também foi considerado, e foi considerado no sentido de poder servir e ajudar ao desenvolvimento da zona do centro administrativo e do nosso pequeno e médio comércio e dos nossos serviços. E por isso o traçado do MST não foi no sentido do Almada Fórum hoje existente, mas foi no sentido da Cidade consolidada, do centro administrativo do Laranjeiro até Cacilhas. Este é um aspecto que considero importante porque houve estudos. Houve planeamento, houve estudos.

E também queria deixar nota de que mais posteriormente e mais recentemente quando se avançou com a Associação de Comerciantes do Distrito de Setúbal - Delegação de Almada, para a ideia de criar o projecto Almada Centro, portanto um projecto que fosse agregador do comércio de satisfação e ao nível de atractividade deste território relativamente à própria área em que se situa mas também em relação a todo o nosso Concelho. Portanto queria deixar de facto estas notas, porque as decisões que são tomadas não são decisões por capricho, ou decisões sem estudos, ou decisões que não se suportem em trabalhos de planeamento do Concelho. Claro que nós confrontamo-nos com um problema gravíssimo que todos sabemos, uma crise tremenda que de há alguns dias a esta parte nos trouxe a Portugal o Fundo Monetário Internacional e em que a dívida soberana e os problemas com que todos nos confrontamos estão aí à vista. Mas já começaram há muitos anos, eu aqui não estou obviamente a confrontar nenhuma das questões colocadas, estou apenas a deixar nota e a informar daquilo que obviamente a Câmara deve informar.

Depois queria agradecer e registar com muito apreço esta atenção também da Associação de Comerciantes.

E fico feliz e certamente nós os autarcas da Câmara ficamos felizes pelo facto de vocês reconhecerem que o trabalho foi um trabalho feito com cuidado, decorreu a própria consulta de uma forma capaz e que daí resultou uma proposta que nunca sendo um processo acabado, mas é uma proposta que procura atender as questões da população, as questões dos empresários, e vamos depois testar e vamos ver como é que tudo isto vai, se a Assembleia assim o decidir, como é que tudo isto vai funcionar.

Uma coisa é certa, nós agimos com coerência e naturalmente não podíamos deixar de considerar o comércio de rua, o comércio tradicional e por isso não alinhámos pela corrente que existe na Área Metropolitana de Lisboa, que advoga a liberalização, os horários das grandes superfícies em termos da liberalização dos horários, nós não alinhámos por aí, há quem vá nesse sentido, nós entendemos que não prejudicamos ninguém e que estamos a defender o comércio tradicional, o comércio de rua e os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalhadores e portanto ficamos satisfeitos pelo facto de haver da vossa parte o acompanhamento relativamente ao processo e de este processo corresponder também àquilo que entendem como equilibrado, vamos pois gerir e vamos avaliar ao longo do tempo.

E gostaria de ficar por aqui. Muito obrigada pelas intervenções de todos."

5.5.2 - O Sr. Deputado Municipal Armando Barata:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que me fez dizer algo sobre o que se está aqui a passar esta noite, foi muito simplesmente isto. Eu fui aluno da Emídio Navarro, à noite, de 54 a 58 e nessa altura havia uma disciplina que era Formação Corporativa, hoje graças a Deus, graças ao 25 de Abril e outras datas comemorativas há uma disciplina na Emídio Navarro que é Formação Política. Que agradável que é de saber que é assim, e que agradável que é ver os Alunos e os Professores aqui. Bem hajam por isso."

5.6 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Luís Varela Pais (apresentando Moção/Deliberação sobre Prémio Semana Europeia da Mobilidade), José Augusto Oliveira (apresentando Moção/Saudação 1º de Maio), Miguel Salvado (apresentando Moção/Deliberação Pela preservação do património Histórico de Cacilhas), José Joaquim Leitão (apresentando Moção/Deliberação Projecto Educativo da Escola Secundária do Monte e a Caparica, Uma Nova Centralidade), Nuno Pinheiro (apresentando Moção/Saudação Ao Clube Recreativo União Capricho), Paula Cristina Coelho (apresentando Moção/Saudação 25 de Abril de 1974), Fernando Pena (apresentando Projecto de Deliberação sobre Idosos), Miguel Salvado (apresentando Moção/Deliberação Por um Mercado Abastecedor de Almada), Carlos Leal, Manuel Braga, João Geraldês, José Joaquim Leitão, Carlos Revés, Luís Varela Pais, Cristina Coelho, José Augusto Oliveira, Miguel Salvado, Fernando Pena e a Sr.ª Presidente da Câmara.

6.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO

Prémio Semana Europeia da Mobilidade

Almada desenvolve desde há dez anos um Programa de Incentivo à Mobilidade, encarnando durante uma semana no ano um conjunto de iniciativas locais de atracção dos cidadãos à mobilidade saudável.

Este programa, destacou-se no ano de 2010 com o Prémio da Semana Europeia da Mobilidade, um resultado que pela sua singularidade entre as suas congéneres Portuguesas e realce entre as demais 2000 cidades na Europa, deverá merecer desta Assembleia o reconhecimento que lhe é devido.

O tema da Mobilidade e Sustentabilidade, como factor fundamental na criação da Qualidade de Vida dos nossos concidadãos, é reiteradamente um desejo e uma ambição de qualquer actor local, político ou de cariz cívico.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para os que habitam, mas trabalham fora do seu Concelho, a Mobilidade deseja-se na fluidez do trânsito, tanto na condução do veículo individual, do transporte público ou nos períodos de lazer, traduzida no necessário acesso ao percurso pedonal ou ciclável.

A Mobilidade tem grandes constrangimentos na morfologia do nosso território local, declives elevados e denso tecido urbano, pelo que desde logo o desejo de um território ciclável se obstaculiza com a necessária fluidez da condução em duas rodas, por muito que os exemplos inspiradores de metrópoles do norte da Europa nos incentivem a desejar o contrário.

Também a existência de ciclovias, por si só, não encerra em si uma solução devendo ser estas coexistentes com a segurança na via pública ou com a requalificação urbana, oferecendo um binómio de desfrute do espaço público e da necessária utilidade de um meio alternativo de locomoção que possa unir uma origem e um destino úteis.

O prémio acima referido, deverá também ser motivador do obrigatório reconhecimento da necessidade de acompanhar os sinais de mudança que nos indicam para a existência de uma acelerada degradação do espaço urbano bem como da deslocalização do tecido residente da centralidade de Almada cidade, para as suas freguesias limítrofes.

Aí não chega o MST, a pedonalização não existe e a requalificação urbana não se evidencia. Evidencia-se isso sim, o tormento do acesso matinal diário ao trabalho cada vez mais fora do nosso concelho, e onde a bicicleta por muito que se deseje o contrário não é solução a esse real problema onde cabe todo um conjunto de carências por demais evidentes na falta de qualidade de vida e de vivência em comunidade.

Neste órgão deliberativo que nos reúne, vimos por este meio, e considerando o desígnio, de tornar a nossa cidade “mais humana e convival” deliberar:

1. Congratularmo-nos pelo alcançar do Prémio da Semana Europeia da Mobilidade.
2. Apelar ao executivo que, na prossecução da política de Mobilidade e conseqüente melhoria da Qualidade de Vida, coloque em prática as acções conducentes à articulação das mesmas com a necessária requalificação urbana e desenvolvimento económico local, cujos atributos se traduzirão definitivamente na diminuição dos movimentos de pendularidade e de defesa da integridade física dos cidadãos pela conseqüente promoção da segurança na via pública.
3. Apelar à necessária revisão do Plano de Mobilidade Acessibilidades Almada XXI de modo a acomodar nesse documento os novos sentires e viveres de um Concelho em Mudança."

6.1.2 - O Sr. Deputado Municipal José Augusto Oliveira (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

1º de Maio

Maio é um mês carregado de História, e que rima com trabalho, alegria, confiança e luta.

Maio diz muito aos trabalhadores, simbolizando também em Portugal, o papel de vanguarda, resistência e luta, assumido pela classe operária industrial e agrícola, durante os tempos da ditadura fascista, e que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

confluuiu na revolução popular profunda que se sucedeu de imediato ao levantamento militar em 25 de Abril de 1974.

O 1º de Maio mantém, como sempre, todo o seu significado e plena actualidade.

O exemplo histórico de luta pela redução do horário de trabalho em 1885 e 1886, levado a cabo pelo operariado norte-americano, com as poderosas greves nos Estados mais industrializados, - exigiu as oito horas de trabalho diárias.

À repressão que se abateu sobre os trabalhadores a 1 de Maio de 1886, e dias seguintes, provocando várias mortes e centenas de feridos e de prisões!

Seguiu-se, que, em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretasse:

- O 1º de Maio, como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta.

Por força da luta, a situação material dos trabalhadores melhorou imenso, foram instituídos em muitos países sistemas de protecção social no desemprego, na invalidez, na doença e na velhice.

O direito ao trabalho e à segurança no emprego foram reconhecidos internacionalmente como direitos fundamentais, a liberdade de organização, de reunião, de manifestação, os direitos à greve e de negociação colectiva dos trabalhadores, adquiriram dignidade constitucional em muitos países.

Percorrido um longo e prodigioso caminho, com vitórias e derrotas, avanços e recuos na história da luta dos trabalhadores e da humanidade. Foram dados passos gigantescos no combate à exploração e opressão capitalistas no mundo.

Globalmente, a jornada de trabalho foi reduzida, e nos países industrializados, veio mesmo para baixo dos famosos 3X8, reivindicados pela Iª Internacional no seu primeiro congresso, realizado em Genebra em 1866.

- Oito horas de trabalho diário, oito para o estudo o lazer e o convívio com a família, e oito para dormir e descansar.

A fixação de limites máximos à duração normal da jornada de trabalho e a organização do horário diário e semanal continuam a ser, passados mais de 120 anos, um dos principais eixos da acção reivindicativa dos trabalhadores.

É a distribuição da parte da riqueza produzida por cada trabalhador, e por todos os trabalhadores em determinado período de trabalho, o cerne dos interesses contraditórios entre o mundo do trabalho e o capital.

As diferenças, hoje são de escala, e consistem numa muito maior complexidade do que então na organização do trabalho, dos instrumentos e ferramentas utilizados, e no facto de a concentração da riqueza nos mais ricos ser maior e mais veloz, fazendo com que, comparativamente, os ricos num país ou no mundo, sejam hoje cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres.

O capital, sempre que a correlação de forças pende a seu favor, aproveita o medo do desemprego e a precariedade no trabalho, por si provocados, para voltar a pôr em causa direitos e conquistas adquiridos pelos trabalhadores.

É neste quadro, que o Governo PS/Sócrates, ao rever para pior o já nefasto Código do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Trabalho do PSD/CDS, deu alento à ofensiva patronal no sentido de desregular e impor como jornada de trabalho «normal» as 10, 12 ou mesmo 14 horas por dia, sem pagamento de qualquer compensação pelo trabalho extraordinário, o que constitui um regresso ao século XIX e às condições de trabalho que estiveram na origem do 1.º de Maio e da sua internacionalização.

A «santa competitividade», e o «sacro santo mercado», sob a qual se acoberta a ganância do lucro máximo, é o argumento que tudo justifica na cartilha neoliberal.

Como a história comprova, e a vida confirma, a luta dura, difícil e perseverante que o movimento operário e sindical tem desenvolvido, permitiu alcançar conquistas e avanços civilizacionais, que em muito contribuíram para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e suas famílias.

Essa mesma luta conduziu no nosso país, à derrota de sucessivos governos, formados pelo PS, PSD e CDS, e à condenação das políticas de direita prosseguida por todos eles.

Contudo, tais políticas persistem, atentando a soberania Nacional, resultando no agravamento preocupante da situação económica e social do País, quer ao nível do crescimento económico, quer na destruição do tecido produtivo, aumento do desemprego, da precariedade, da pobreza e da exclusão social, das desigualdades e das injustiças sociais, bem como no ataque aos direitos e liberdades sindicais.

Enquanto isto, assiste-se ao aumento desmesurado dos lucros, a enriquecimentos ilícitos, ao mais descarado compadrio, a uma escandalosa corrupção, a uma promiscuidade obscena entre o poder político e o económico com a subordinação daquele a este, em claro afrontamento ao texto Constitucional e com a conivência de quem tem que zelar pelo seu cumprimento.

Na resolução aprovada nos congressos operários de Paris, de 1889, e durante o qual o 1.º de Maio foi proposto como dia Internacional do Trabalhador.

Dificilmente os delegados que formularam e aprovaram esta resolução poderiam ter previsto, que mais de 120 anos depois, ela continuaria a ser um «guia para a acção» de milhões de trabalhadores, que todos os anos, no dia 1.º de Maio saem à rua nas cidades, por todo o mundo, confraternizam, lutam e apresentam as suas reivindicações aos governos e ao patronato.

- Onde, em regra, é incluída a exigência de redução do horário de trabalho.

Prova-se deste modo, também, através da acção concreta, a actualidade de Karl Marx, quando escreveu:

«...Na história da produção capitalista, a fixação da jornada de trabalho apresenta-se, como a luta pela redução da jornada de trabalho...»

É em honra da memória dos «mártires de Chicago» e da luta de gerações e gerações de Trabalhadores contra a exploração capitalista, muitos deles com o sacrifício da própria vida, que temos o dever e a obrigação de tudo fazer para que se desenvolva e intensifique a luta de massas por uma ruptura com tais políticas.

Assim:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Reunião Plenária no dia 27 de Abril de 2011, saúda e exorta à participação dos cidadãos Almadenses nas comemorações do 1.º de Maio, e na luta determinada contra a exploração e por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Viva o 1º De Maio

Viva Portugal"

6.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção

Pela preservação do património Histórico de Cacilhas

A freguesia de Cacilhas tem uma história que remonta aos primórdios da ocupação pelo homem do território do actual concelho de Almada. Temos diversos locais em Cacilhas com elevado valor histórico, cultural, patrimonial e arquitectónico de diferentes períodos da história, que importa recuperar, preservar e valorizar para acesso a toda a população.

Tem havido algum esforço para que esse processo de recuperação tenha resultados, tal como o retorno e recuperação do farol de Cacilhas marco importante na memória colectiva de todos os Cacilhenses e visitantes da nossa terra, no entanto temos locais e edificações diversas que necessitam de intervenção com vista a sua recuperação.

Temos as antigas salgas de peixe romanas que se encontram enterradas e escondidas da população, os locais arqueológicos da Quinta do Almaraz que aguardam uma recuperação há muito tempo prometida, o chafariz de Cacilhas que agora e bem vai voltar para o largo de Cacilhas, os fornos industriais da Margueirinha que são um importante e abandonado exemplo de arqueologia industrial, os edifícios mais antigos da freguesia que poderão vir a ser recuperados no futuro e ainda o moinho de Cacilhas que pertence desde sempre à memória de todos e que foi recuperado para ai continuar no alto do morro de Cacilhas e que agora se encontra ameaçado por interesses imobiliários que o pretendem demolir e retirar daquele local, algo que todos os Cacilhenses repudiam e ao qual se opõem.

O desenvolvimento e valorização da freguesia de Cacilhas é importante mas com respeito pelas populações e pelo património que nos foi deixado pelos nossos antepassados, como tal a Assembleia Municipal de Almada reunida em Abril de 2011 delibera:

- Exigir junto da Junta de Freguesia de Cacilhas e da Câmara Municipal de Almada que pugnem para que todo o património histórico de Cacilhas possa ser recuperado e valorizado no futuro próximo para que seja usufruído pela população e visitantes;
- Que se assegurem as condições essenciais para a preservação daquele património mais ameaçado e que se possa encontrar em situação de ser destruído ou vandalizado e para que defenda e se oponha a toda e qualquer intenção de destruir o moinho de Cacilhas em nome de interesses imobiliários.
- Solidarizar-se com os esforços e luta de todos os Cacilhenses e população em geral, contra a destruição e vandalização dos elementos históricos que desde sempre pertenceram à memória colectiva de todos."



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para terminar a Moção que eu li teve uma pequena alteração e foi ontem aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia por todos os partidos presentes, CDU, PS e PSD. A alteração que teve foi apenas a introdução de Junta de Freguesia antes da Câmara Municipal e que "pugnem pela preservação". Eu depois vou entregar as alterações ao Sr. Presidente."

6.1.4 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Projecto Educativo da Escola Secundária do Monte e a Caparica, Uma Nova Centralidade
Serve a população da Freguesia de Caparica e do Concelho de Almada desde 1983-84. Ao longo da sua história soube interpretar as necessidades e aspirações da população a que se dirige, disponibilizando um leque alargado de cursos e vias educativas e formativas, adequadas tanto aos jovens quanto aos adultos.

O Projecto Educativo da Escola Secundária do Monte da Caparica abrange o Ensino Básico Regular, os Cursos de Educação Formação e os PIEFs, os Cursos Científico-Humanísticos do Ensino Secundário e os Cursos Profissionais. Aos adultos oferece cursos de alfabetização, Cursos de Educação e Formação de Adultos e formações modulares.

Merecia portanto ser beneficiada por um processo de requalificação global e profunda que a consolidasse e relançasse para novos projectos e nova ambição, que a modernizasse e a dotasse dos espaços e equipamentos que são apanágio das novas escolas secundárias portuguesas.

A obra, da responsabilidade da Parque Escolar, EPE, já está no terreno. Já é uma realidade.

O processo de requalificação das escolas secundárias já incluiu as Escolas Secundárias Emídio Navarro e Rui Luís Gomes, concluídas e inauguradas, e ainda este ano vão arrancar as obras na Anselmo de Andrade e na Fernão Mendes Pinto. Também este ano vão entrar em projecto as Escolas Secundárias Francisco Simões, Daniel Sampaio e António Gedeão, perfazendo um total de 8 escolas secundárias do Concelho e Almada reabilitadas pela Parque Escolas até 2013.

Também na Freguesia de Caparica, o Projecto Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade - junta os financiamentos do QREN, da Câmara Municipal de Almada, do IHRU e da Junta de Freguesia de Caparica, assim como de várias organizações da sociedade civil, como a Santa Casa da Misericórdia de Almada, o Raposense e a AMI.

Com o apoio do QREN, Programa Polis XXI, integra um conjunto de intervenções tanto ao nível dos espaços e equipamentos na zona do ex-PIA, como ao nível da integração social dos residentes, elevando os padrões de vida colectiva e promovendo a qualificação e inserção profissional das populações.

Trata-se de uma iniciativa louvável, de colaboração e convergência que deve ser assinalada e valorizada como exemplo união de esforços entre o poder central, o poder local e a sociedade civil.

A Assembleia Municipal reunida a 27 de Abril de 2011 nas instalações da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância do Monte de Caparica delibera:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. Assinalar a relevância das obras de reabilitação da Escola Secundária do Monte da Caparica, da responsabilidade da Parque Escolar, EPE, criando as condições para o relançamento e a afirmação de uma escola moderna e de excelência;
2. Congratular-se com o Projecto Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade, em prol da qualificação urbana e integração social da população;
3. Felicitar a Freguesia da Caparica e os seus habitantes pelos benefícios trazidos pelos projectos em curso."

6.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

Ao Clube Recreativo União Capricho

No passado dia 31 de Janeiro o Clube Recreativo União e Capricho juntou-se ao conjunto das colectividades centenárias;

Ao longo destes anos tem tido um papel relevante para a população da Freguesia de Caparica, o que foi reconhecido pela atribuição da Medalha de Ouro de Mérito Cultural em 1999 pela Câmara Municipal de Almada;

A Assembleia Municipal de Almada associa-se às comemorações do centenário, da colectividade uma das mais antigas da Freguesia de Caparica, saudando o Clube Recreativo União e Capricho nesta importante ocasião."

6.1.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Paula Cristina Coelho (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

25 de Abril de 1974

Há 37 anos atrás, na madrugada de 25 de Abril de 1974, iniciava-se uma revolução que viria a ser um marco histórico para a nossa vida enquanto país e povo. Há 37 anos, quando a Grândola soou na rádio despoletou-se um movimento de capitães que saiu para a rua, onde rapidamente teve o apoio da população e a partir da qual se construiu um país novo.

Há 37 anos atrás fez-se o 25 de Abril de 1974 e em Portugal terminou um dos períodos mais obscuros da nossa história colectiva, um período que durou cerca de 50 anos. A revolução gerou uma onda de alegria e os direitos entretanto conquistados deixaram uma marca profunda, uma marca que ainda não se apagou e que permanece.

Por isso mesmo comemorar o 25 de Abril não é, não pode ser, uma rotineira solenidade, com rotineiras intervenções, um conjunto de formalidades despojadas daquilo que são os verdadeiros valores de Abril. Comemorar o 25 de Abril é afirmar e defender os seus valores, as suas conquistas, as que ainda temos, mas também as que mais de trinta anos de políticas de direita derrotaram, como um imenso património de luta do nosso povo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As novas gerações, bombardeadas pelo branqueamento sucessivo que se tem feito sobre o 25 de Abril têm que saber que para que Abril acontecesse houve homens e mulheres que foram abatidos a tiro como Catarina Eufémia ou José Dias Coelho, que muitos houve, tantos, hoje anónimos, que foram presos e torturados e depois abandonados à morte.

É importante que saibam que antes do 25 de Abril os homens vendiam a sua força de trabalho em praças de jorna (prática também já adaptada aos dias de hoje). Que muitos outros homens, jovens, foram enviados para a guerra colonial. Que muitos destes homens não voltaram, outros regressaram com ferimentos, lesões, e marcas irreversíveis.

É importante lembrar que o 25 de Abril significa:

A Liberdade de expressão, de reunião e de associação;

A Liberdade de imprensa;

A Liberdade sindical e o direito à greve;

As Eleições livres e os partidos políticos;

O Poder Local democrático;

O Fim da guerra colonial;

O Salário Mínimo Nacional, o Subsídio de Férias e de Natal;

O Subsídio de desemprego;

As Pensões de reforma;

O Direito de voto aos 18 anos;

A Igualdade de direitos para as mulheres;

O Direito ao Trabalho

O Direito à Saúde;

E o Direito ao Ensino.

É importante reafirmar que nenhum destes direitos hoje assumidos como elementos fundamentais da nossa democracia e estado de direito existiam antes do 25 de Abril de 1974.

Mas é sobretudo fundamental salientar que com o 25 de Abril comemora-se a Liberdade.

Não se trata da liberdade de explorar, de reprimir, de oprimir, mas trata-se sim da liberdade cidadã, a liberdade emancipadora dos direitos das mulheres, dos cidadãos e dos trabalhadores. E esta definição de liberdade colide com a liberdade de acumulação de mais-valia exploradora do trabalho alheio.

No entanto, para garantir os interesses do sistema financeiro e dos grandes fundos de investimentos e dos especuladores está-se a atacar, hoje, mais do que nunca nestes últimos 37 anos, as liberdades mais fundamentais de Abril.

Portugal vive uma situação difícil, mas é sobretudo hoje, em 2011, e perante o cenário político e financeiro que se vive em Portugal que é essencial, é urgente, fazer cumprir Abril. Serão, sem dúvida, apenas os valores como os de Abril que impedirão que Portugal capitule perante a ingerência do Fundo Monetário Internacional, da União Europeia e do Banco Central Europeu.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária a 27 de Abril de 2011 no Monte da Caparica saúda o 25 de Abril de 1974 reafirmando os seus valores e direitos entretanto consagrados na Constituição da República Portuguesa."

6.1.7 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

PROJECTO DE DELIBERAÇÃO

Uma comunidade integrada e integradora é um aspecto fundamental que suporta o carácter atractivo de uma cidade. Numa comunidade integrada as pessoas participam por igual e sem distinção de obrigações e direitos de cidadania, evitando-se a exclusão de uma parte da população do processo de desenvolvimento e bem-estar.

Num momento em que uma crise económica significa naturalmente uma crise social, são muitas vezes os cidadãos idosos que estão mais vulneráveis. Dizia o Padre Américo que pior que não ter onde viver é não ter onde morrer. O abandono de quem se entregou toda a vida aos outros, a indignidade de condições de vida miseráveis, a incapacidade de executar tarefas aparentemente triviais, a solidão como única companheira no encontro com a morte, são um drama pesado que não podemos ignorar.

O abandono dos idosos mostra a falência da família, da vizinhança e da comunidade. É certo que os centros de convívio, alguns serviços de apoio domiciliário, a rede de cuidados continuados integrados e a acção social mostram uma atenção imprescindível das Instituições de Solidariedade aos mais velhos. Mas elas não chegam a todas as necessidades nem dispensam outros planos de actuação.

A este quadro podemos juntar atitudes e práticas negativas da sociedade relativamente a estas pessoas, por estereótipos interiorizados, preconceitos generalizados ou discriminação activa, às vezes sob a forma de violência física e moral.

Com a sabedoria conquistada na vida e com a serenidade que a idade proporciona, os velhos merecem ser ouvidos e são credores de acompanhamento, respeito e de gratidão. Para lá de condições de vida independente e digna, no ambiente que construíram e entre aqueles que amam, a comunidade deve proporcionar-lhes oportunidades para valorizar as suas experiências e para partilhar os seus valores.

O Município de Almada deve assumir como preferencial a valorização social e a qualidade de vida dos mais velhos. Em particular, dever-se-ão ter em conta os idosos sozinhos e de baixos rendimentos. É em prol de uma comunidade mais humana que faz sentido orientar um esforço orçamental prioritário e viável.

Face ao considerado, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27 de Abril de 2011, delibera que a Câmara Municipal de Almada, em articulação com as instituições existentes no concelho, crie o Programa Municipal para os Idosos, com vista ao reforço e à promoção das seguintes linhas de acção:

- i. apoio domiciliário de higiene e alimentação;
- ii. serviço de refeições completas a custo controlado;
- iii. assistência de enfermagem no domicílio e serviço de aquisição de medicamentos;
- iv. assistência energética e de climatização;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- v. apoio doméstico para pequenas reparações;
- vi. parcerias de voluntariado com escolas para companhia a idosos e transporte de compras;
- vii. assistência jurídica;
- viii. apoio em transportes e acompanhamento ao exterior;
- ix. formação cultural e encontros educacionais;
- x. actividades profissionais/ocupacionais;
- xi. programas de voluntariado e participação social para idosos.

Este Gabinete deverá, ainda merecer uma atenção particular na elaboração do Orçamento Municipal para 2012."

6.1.8 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Por um Mercado Abastecedor de Almada que sirva melhor Almada

O concelho de Almada será tanto ou mais pujante quanto for capaz de incorporar no seu território actividades económicas que permitam criar o maior número de fontes de riqueza e com isso maior quantidade de empregos.

O Mercado Abastecedor de Almada é disso um bom exemplo. Hoje está situado no Bairro do Matadouro em instalações que não são atractivas para quem lá trabalha e não são convidativas para potenciais consumidores. Quem ali se desloque percebe que, actualmente, as condições não são as melhores, os espaços não são agradáveis para quem tem o seu ponto de venda, não tem as condições higiénicas e técnicas para uma correcta preservação dos produtos alimentares.

O que hoje se constata é que as actuais condições não cativam novos clientes, levando isso sim a um abandono crescente de consumidores e até de vendedores.

O que não podemos permitir é que tal situação se agrave e se prolongue, pois o fornecimento dos nossos mercados retalhistas e demais actividades comerciais deve ser potenciado por uma estrutura existente no concelho de Almada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida na sua sessão ordinária de Abril de 2011, delibera:

- 1- Solicitar ao Executivo Municipal que diligencie na criação de melhores condições nas actuais instalações do Mercado Abastecedor de Almada
- 2- Solicitar ao Executivo Municipal que promova um estudo para a concretização de novas instalações para o Mercado Abastecedor de Almada."

6.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Leal (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu intervenho na sequência da discussão ontem à noite realizada no âmbito da Assembleia de Freguesia de Cacilhas e que deu origem à apresentação hoje de uma Moção por parte do PSD relativamente à questão genérica do património local de Cacilhas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Acho que é meu dever também esclarecer os Deputados Municipais, a própria Vereação e a Assembleia presente sobre o conteúdo principal desta Moção e sobre a posição da Junta de Freguesia de Cacilhas, passava a ler: "A presente Moção do PSD sobre preservação do património de Cacilhas foi objecto de apreciação em Assembleia de Freguesia no passado dia 26 de Abril de 2011. Nessa Sessão o Executivo da Junta teve oportunidade de esclarecer a Assembleia sobre a reunião efectuada, muito recentemente e a pedido da Junta de Freguesia de Cacilhas com a Sr.^a Vereadora do Urbanismo Dr.^a Amélia Pardal. De referir que a acompanhar a Junta de Freguesia na citada reunião esteve presente a Direcção da Associação "O Farol", representada pelos seus dirigentes Henrique Mota, Luís Veiga e Álvaro Maurício. Na mesma foi abordada com abrangência e profundidade por parte da Sr.^a Vereadora Amélia Pardal a temática da defesa e preservação do património da Freguesia de Cacilhas, suportada numa visão integrada e numa política clara de defesa, recuperação e preservação do património de Cacilhas de que se destacam, entre outros exemplos, os seguintes: - A instalação em Cacilhas da Fragata D. Fernando II e Glória; - O regresso e a respectiva instalação em Cacilhas do Farol que a Moção cita; - O compromisso assumido pela Câmara de no âmbito da Pedonalização da Rua Cândido dos Reis se instalar numa réplica do Chafariz e um elemento que simbolize a Bomba, ambos elementos identitários da Freguesia de Cacilhas; - A Fábrica Romana de Salga de Cacilhas situada no Largo Alfredo Dinis e classificada pela Câmara como imóvel de interesse público e prevista no PDM de Almada como área urbana consolidada; - O Almaraz/Ginjal cujo projecto de intervenção urbanística já cumpriu diferentes fases que a legislação prevê e com clara intervenção de preservação do património arqueológico e natural daquele território da Freguesia. Finalmente a clara posição expressa na citada reunião pela Sr.^a Vereadora Amélia Pardal em igualmente ser preservado o Moinho de Cacilhas como elemento importante da memória do cacilhenses. Pensa o Executivo da Junta de Cacilhas que sempre foi clara a política da Câmara de Almada relativamente ao património do Concelho e em particular da Freguesia de Cacilhas. Ou seja, não baseou, nem baseia a sua intervenção assente numa contradição conflituante entre o desenvolvimento e o património de uma forma sustentada que admite, valoriza e harmoniza o progresso com a cultura. E se mais exemplos não bastassem perguntemos todos hoje aqui: haveria o Parque da Paz, grande pulmão da Cidade de Almada, sem a visão da CDU para o seu Concelho e para a Cidade de Almada, fluido por milhares de famílias almadenses?"

6.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente todas as Moções aqui apresentadas hoje, com excepção da do CDS em relação à qual temos a seguinte proposta a fazer, não compreendemos como é que o CDS-PP, partido que tem pugnado por criticar a estrutura camarária, que tem pugnado por dizer que há um excesso de gabinetes na estrutura municipal, que tem pugnado quase por dizer que há excesso de trabalhadores nas estruturas da Câmara, vem agora propor a criação de um novo gabinete, um novo gabinete que tendo em consideração tudo o que está aqui proposto seria quase um mega gabinete, um mega gabinete que teria de ter valências sociais, um mega gabinete que teria que ter valências



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desportivas, um mega gabinete que teria que ter valências culturais, um mega gabinete que teria que ter competências inclusivamente jurídicas.

O Bloco de Esquerda votará contra esta Moção tal como se encontra apresentada, mas abster-se-á se o CDS-PP aceitar mudar o gabinete municipal para idosos, para um programa municipal de idosos.

Não é uma questão de palavras, é uma questão de filosofia e de implementação de tudo o que está aqui aplicado.

Esta questão de um programa municipal para idosos reveste o carácter heterodisciplinar, heterodoxo que facilmente a Câmara poderá implementar com os gabinetes já existentes aproveitando as sinergias que consegue assegurar em termos de estrutura de Câmara Municipal e portanto se o CDS-PP concordar em alterar gabinete municipal para idoso, para programa municipal para idosos, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente, até porque se revê em parte significativa dos considerandos e das propostas que estão aqui incluídas. Se for gabinete municipal para idosos abster-nos-emos relativamente à proposta. Abster-nos-emos sobre a proposta como está, votaremos a favor se mudarem para programa."

6.1.11 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma intervenção a propósito da moção que o PSD aqui nos trouxe sobre o prémio da mobilidade, para dizer o seguinte. Certamente que nos congratulamos com o Prémio Europeu que distinguiu recentemente o nosso Município no domínio da mobilidade, partilhando sem dúvidas nem reservas a saudação ao facto do Município ter vencido esse prémio como o PSD nos propõe. Mas ficamos por aqui relativamente a esta matéria de partilha e de congratulação. De facto, nesta Moção, neste texto o PSD apenas consegue ver no âmbito da mobilidade uma semana no ano de trabalho municipal na promoção da mobilidade saudável. Nós vemos e afirmamos com toda a convicção muito mais do que isso, vemos e afirmamos com convicção que esse trabalho é permanente, é coerente e é profundamente consistente. Ao longo de todo o ano e ao longo de muitos anos. Que é um facto inquestionavelmente reconhecido pelo documento que a Comissão Europeia elaborou para anunciar publicamente o prémio que era atribuído ao Município de Almada. Nesse documento diz-se entre muitas outras coisas importantes, que Almada desenvolveu dezenas de medidas de carácter permanente no domínio da promoção da mobilidade sustentável, destacando ainda o facto de Almada ter desenvolvido percursos pedestres e cicláveis, criando parques de estacionamento para bicicletas, vários, e estar empenhada na criação de condições para o abastecimento de veículos eléctricos. Isto são afirmações que estão no documento produzido pela Comissão Europeia. Lembrar ainda a propósito que reforçando a ideia de um trabalho aturado, continuado e permanente, Almada já tinha sido classificada neste prémio em dois anos anteriores com o segundo lugar em 2004 e 2008, e uma vez em dez anos de participação tinha ficado entre os dez primeiros classificados. Em dez anos quatro reconhecimentos internacionais desta natureza não podem como todos entenderão seguramente resumir-se a uma semana de actividades no ano. Depois o PSD só consegue ver uma acelerada degradação do espaço urbano onde o que se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

passa de facto é um trabalho intensíssimo no domínio da regeneração urbana que revela uma capacidade fora do lugar de aproveitar as oportunidades que são colocadas ao País e ao nosso Concelho e são meros exemplos os dois que eu vou citar: a Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas, a primeira área de reabilitação do País; e o processo de regeneração de Almada Poente, onde nos encontramos e que constitui por si só exemplos suficientemente eloquentes para contrariar a tese que o PSD vem aqui defender. No ponto 2 da Proposta o PSD propõe a esta Assembleia que apele ao Executivo Municipal para fazer algo que já está a fazer há muito tempo e que pelos vistos tem reconhecimento internacional inequívoco. No ponto 3 da parte resolutiva o PSD fornece-nos a verdadeira intenção da iniciativa que aqui nos traz, que é a de contestação ao Pano de Mobilidade. Esta Moção é por isso "gato escondido com rabo de fora", só que o rabo ficou tão de fora que afinal não conseguiu esconder nada.

Finalmente lembrar que devíamos estar aqui a congratularmo-nos e a saudar vivamente o facto de estarmos a conseguir em Almada cumprir aquilo que são os compromissos eleitorais assumidos com a população por um lado e aquilo que são as deliberações e as decisões tomadas pelos órgãos competentes em matéria da mobilidade. Neste texto o PSD propõe-nos que fiquemos por saudar o prémio atribuído pela União Europeia, certamente que saudamos esse prémio mas votamos contra este texto."

6.1.12 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas considerações sobre os textos apresentados.

Relativamente à Moção apresentada pelo PSD sobre mobilidade, é um assunto que merece também a nossa atenção e pensemos que o enfoque utilizado é um enfoque que merece o nosso voto favorável, porque sendo de facto de louvar a distinção que o Município de Almada obteve na matéria em questão, também é verdade que o panorama que temos no Concelho não é um panorama satisfatório, é um panorama que exige intervenção e transformação e portanto estes dois aspectos devem ser frisados e tidos a par, pelo que nós vamos votar favoravelmente o documento.

Depois temos um texto apresentado pela CDU sobre o 1º de Maio, e este é um texto que se não conhecêssemos a CDU poderíamos considerar um texto paradoxal, porque consegue partir de um aspecto que é um aspecto consensual na cultura e na civilização em que vivemos, o 1º de Maio, uma conquista da humanidade, faz parte do património histórico da humanidade e consegue apresentar o 1º de Maio de forma inaceitável e sectária, prestando um péssimo serviço à ideia do 1º de Maio, às conquistas associadas ao 1º de Maio, no fundo assumindo um património político e ideológico que ruiu há alguns anos com estrondo e estrondo maior do que o comentado na Comunicação Social que foi o estrondo da queda do Muro de Berlim em 89, mas todo o regime que inspira este texto ruiu, foi um regime extremamente lesivo para a humanidade, com enormíssimo exército de vítimas, regime esse que em boa hora foi passado para o ferro-velho da história. Portanto este texto é um texto que a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

propósito do 1º de Maio faz a apologia de um passado que não é desejável e que infelizmente foi ultrapassado e já não condiciona da forma como condicionava o presente da humanidade.

Sobre a Moção relativa ao património histórico de Cacilhas, pensamos que é sempre importante frisar a importância do património e a necessidade de o preservar e valorizar.

As Moções apresentadas pelo PS obviamente que merecem a nossa concordância.

Relativamente à Moção do 25 de Abril, gostava de referir dois ou três aspectos. Obviamente que assinalar o 25 de Abril vem sempre a propósito, embora havendo uma Sessão específica para isso, portanto o nosso texto fica reservado para a Sessão que combinámos realizar na próxima sexta-feira. De qualquer modo aprez-nos registar alguns aspectos, algumas passagens do texto que devem de ser valorizadas. De facto o 25 de Abril é um marco fundamental associado a um conjunto extenso de conquistas, a conquista da liberdade sindical, todos nós nos lembramos de facto do momento histórico em que se confrontaram dois conceitos antagónicos de liberdade sindical e unicidade sindical, venceu o conceito de liberdade sindical e congratulamo-nos com o facto de o conceito ser aqui assumido neste texto sobre o 25 de Abril. Eleições livres e partidos políticos, conquistas também do 25 de Abril, obviamente importante aqui a sua referência. E depois num conjunto de aspectos com que nós concordamos a referência a três aspectos fundamentais da actualidade, a segurança social, a saúde e a educação.

Pensamos que é muito importante num momento em que na sociedade portuguesa há uma discussão que se faz e há dicotomias que se criaram relativamente a estas matérias que soa no fundo o cerne daquilo que se designa por Estado Social, portanto é importante frisar estes aspectos e por isso realço a sua presença neste texto. Pena é que haja uma referência mas que não é suficiente para impedir o nosso voto a favor, uma referência que nos parece desadequada à situação que nós vivemos em que o País pede apoio a instituições internacionais e esse facto é aqui apresentado como uma ingerência do Fundo Monetário. É um pequeno pequinho que nós não valorizamos e portanto vamos votar favoravelmente o texto.

Quanto ao documento apresentado pelo CDS-PP é um texto bem intencionado e nós fazemos uma leitura próxima daquela que foi feita pelo Bloco de Esquerda. É um texto bem intencionado, os aspectos que refere e que têm um carácter lá está, pragmático são aspectos positivos e são preocupações que partilhamos, tem um aspecto que deve ser sublinhado e que também não nos permite votar o texto se ele for apresentado desta maneira que é o facto de não considerar a realidade existente actualmente no Concelho.

No Concelho existe um grupo concelhio para os idosos, grupo concelhio esse em que participa o Município e participam as IPSS, e esse grupo concelhio para os idosos está associado através, nomeadamente das IPSS à prestação de um conjunto de serviços que de forma parcial já responde a estas preocupações e portanto não me parece que seja um bom serviço pretender ignorar o que já existe e que tem aspectos positivos, para criar alguma coisa de novo, e portanto se o documento for



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

alterado no sentido de haver um conjunto de recomendações que possam consolidar e enriquecer a intervenção do grupo de trabalho, obviamente passará a merecer o nosso apoio.

E relativamente ao último texto apresentado pelo PSD, estaremos obviamente em condições de votar a favor, embora pudesse ser apresentado de forma mais aprofundada a questão, mas de qualquer modo a preocupação é também partilhada por nós."

6.1.13 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas a nossa posição acerca de duas Moções, a primeira Moção apresentada pelo Sr. Deputado Nuno Pinheiro acerca da Colectividade, do Clube Recreativo União e Capricho, dizer que a primeira sensação que tivemos foi que era uma coisa pouco desenvolvida ainda por mais quando vi o Senhor, e sabendo o seu gosto pela história e por estas questões, achei ainda mais pouco desenvolvida, mas não é essa a questão que nos faz votar diferentemente, apenas queríamos fazer-lhe uma pequena sugestão que era, em vez de dizer "juntou-se ao pequeno número das Colectividades", dizer "juntou-se ao conjunto", porque num Concelho onde com a próxima já será preciso duas pessoas para as contar as centenárias, consideramos que não é um pequeno número, mas sim um grande número. Portanto, acho que é redutor e melhoraria e portanto era essa a proposta que fazíamos neste contexto.

A segunda Moção que queria falar é sobre o Mercado Abastecedor de Almada e duas pequenas notas. Em relação à primeira questão da parte deliberativa que era diligenciar na criação de melhores condições, já existe há muito tempo e este ano não é diferente no Orçamento previsto uma verba que se destinava a requalificação, remodelação, melhoramentos em toda a rede dos mercados municipais, estando este mercado municipal incluído nessa rede, logicamente que estará nas preocupações deste Município, do Executivo Municipal, que todas as necessidade que sejam eventualmente tomadas em consideração e necessárias, serão postas em prática e portanto parece-nos que não é necessário estas a solicitar uma coisa que já está dentro das preocupações deste Município, e em relação ao segundo ponto da deliberação dizer-lhe que, já houve um estudo sobre este Mercado Abastecedor já há um certo tempo, estudo esse que inclusivamente teve como conclusões que o Mercado Abastecedor seria mais abrangente do que propriamente só ao Concelho de Almada. Seria uma coisa mais abrangente, mais regional e que para um Concelho como o de Almada, seria necessário uma coisa um pouco mais pequena, mais do estilo do mercado grossista e não tanto do mercado abastecedor e que inclusivamente a Câmara Municipal nessa altura tomou uma série de diligências junto dos próprios utilizadores e operadores desse mercado, no sentido de em conjunto com eles, em que a Câmara entretanto com um terreno e também no apoio da construção do edifício que fosse feito um protocolo que, inclusivamente houve um pequeno draft que nunca chegou a avançar porque nunca houve capacidade também do outro lado para o fazer. O que temos conhecimento é que continua a existir disponibilidade da parte da Câmara Municipal para isso, para o terreno, para o apoio na construção, haja disponibilidade do outro lado também e capacidade também de se organizar, portanto solicitar ao Executivo Municipal uma coisa que já está feita que é o estudo, também não nos parece produtivo como



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

diria um cantor, é preciso fazer aquilo que ainda não está feito e portanto nós votaremos contra esta Moção, só por esta questão."

6.1.14 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós temos três minutos e portanto eu vou ser rápido e não vou alongar-me em grandes opiniões políticas e considerações políticas, até porque não é muito a minha formação, nem tenho muita vocação para esse tipo de considerações.

Só para dizer que ao contrário daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado João Geraldês, esta Moção que foi apresentada sobre a Mobilidade é uma Moção elogiosa, curiosamente, e que os Srs. vão conseguir votar contra uma Moção que tinha como objectivo elogiar um Prémio. E não estamos aqui a falar de prémios, nem de dizer que a questão da mobilidade tem uma semana num ano, não temos culpa que o prémio se chame Prémio da Semana Europeia da Mobilidade, esse foi o objectivo da Moção.

É claro que como todos nós sabemos nada está completo, há muito para fazer e aliás ainda hoje aqui durante o período de intervenção dos Municípios ouvimos vários Municípios, vários comerciantes também eles a voz que trouxeram aqui com alguns considerandos e com alguns factos que todos nós sabemos que existem. As dificuldades que Almada tem em termos de mobilidade, basta andarmos na rua, se andarmos a pé, de automóvel ou de bicicleta, percebemos que inclusivamente há alguns constrangimentos que são da ordem natural e morfológica, não há aqui nenhum "gato escondido com rabo de fora", não há aqui nenhuma segunda intenção. Se os Srs. desejarem, muito bem votar contra pois votem contra, agora o argumentarem com gatos escondidos com rabo de fora, quando esta é uma Moção tão simples, tão transparente, tão clara a dizer que aquilo que deve ser feito é aquilo que já está a ser feito e muito mais, mas sempre tendo com a atenção o desenvolvimento económico, o desenvolvimento local, a requalificação urbana e lembrar que há espaços na cidade que estão em avançada degradação, pois estão, é claríssimo, Almada Velha, Praça São João Baptista, não estamos a dizer que a culpa é do Sr. ou é da Câmara Municipal, é também da falta de formação cívica das pessoas, mas é preciso levar isso em atenção quando se encara um Plano de Mobilidade, porque a mobilidade faz-se com o facto de estar na rua e ser agradável à vivência na rua essa mesma mobilidade. Mas se os Srs. com certeza querem votar contra por gatos escondidos ou por considerações ideológicas como já o disseram noutra altura uma Moção que é basicamente factual, pois estão no seu direito com certeza."

6.1.15 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A bancada da CDU gostaria de fazer um conjunto de propostas de alterações relativamente à Moção do Partido Socialista o documento nº 4, no sentido da bancada da CDU poder votar favoravelmente esta Moção.

Portanto, quinto parágrafo que começa com "o processo de requalificação..... também este ano vão entrar em projectos as Escolas Secundárias Francisco Simões, Daniel Sampaio e António Gedeão".



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nós gostaríamos de fazer uma proposta de acrescento com a seguinte formulação não termina o período em António Gedeão, continuando com vírgula "...sendo ainda necessário intervir na Escola da Trafaria e na Conceição e Silva".

Depois paragrafo seguinte: "Na Freguesia de Caparica, o projecto Almada Poente - Regeneração para uma nova centralidade". Nós propomos que se retire "junta os contributos do Governo e da Autarquia" e que passa a ter a seguinte formulação "junta os financiamentos do QREN, da Câmara Municipal de Almada, do IRHU e da Junta de Freguesia da Caparica, assim como de várias organizações como a Santa Casa da Misericórdia de Almada, o Raposense e a AMI".

Relativamente à parte deliberativa a nossa proposta é que o ponto 2 passe a formular-se da seguinte forma "congratular-se com o Projecto Almada Poente - Regeneração para uma nova Centralidade em prol da qualificação urbana e integração social da população".

6.1.16 - O Sr. Deputado Municipal José Augusto Oliveira (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à proposta do CDS para que a Câmara crie o Gabinete Municipal para os idosos, importa dizer o seguinte:

Em 1980, com o agravamento dos problemas sociais do Concelho, a Autarquia, os Serviços Públicos e a População organizada sentiram necessidade de se juntar para reflectir em conjunto e encontrar respostas concretas de actuação.

Desta dinâmica surgiu o — Projecto de Intervenção Social Articulada do Concelho de Almada - PISACA, que se propunha abordar a realidade social do concelho em termos de um plano de desenvolvimento integrado.

O PISACA conjugou esforços para a elaboração do diagnóstico da situação social do Concelho e a criação de grupos de trabalho em áreas problemáticas específicas, de acordo com os principais problemas identificados:

- Infância; Emprego;
- Juventude e População Feminina;
- Habitação e Animação Cultural;
- Idosos, Saúde e Insucesso Escolar,

O Grupo Concelhio de Idosos de Almada sumiu neste contexto, em 1981

Um texto publicado pelo Grupo Concelhio, na revista da Rede Europeia Anti- Pobreza / Portugal, traça um historial bem elucidativo e interessante desde a sua criação:

Passo a citar:

«A nossa experiência não se caracteriza apenas por um grande número de realizações, mas essencialmente pela metodologia de intervenção, baseada na convergência de vontades institucionais e no aprofundamento do trabalho em parceria.

Esta filosofia de intervenção, iniciada com a articulação entre parceiros sociais, no âmbito do PISACA, foi assumida, de forma muito particular pelas instituições que ao longo dos anos têm desenvolvido



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalho com idosos, inicialmente através da articulação interinstitucional, passando progressivamente a materializar-se em projectos integrados.

A experiência do Grupo Concelhio tem propiciado o crescimento dos parceiros, o estreitamento de laços entre todos e o aprofundamento do conhecimento sobre as problemáticas ligadas às pessoas idosas, bem como o aumento e melhoria das respostas.

O aparecimento de novas instituições e a assunção por parte de outras do trabalho com idosos veio permitir um progressivo alargamento do Grupo Concelhio de Idosos:

O Grupo é actualmente constituído:

- Por oito associações, uma mutualidade, uma Misericórdia, uma instituição diocesana de direito Canónico, nove centros paroquiais, um estabelecimento oficial, uma cooperativa, três serviços desconcentrados da administração pública (segurança social e saúde) e pela autarquia de Almada.

Ainda no início da década de 90, efectuámos um levantamento dos indivíduos totalmente dependentes nas instituições e nos centros de saúde, que veio justificar a necessidade de criação de um equipamento de apoio a idosos dependentes.

Neste contexto, a Santa Casa da Misericórdia de Almada aproveitou a devolução do antigo hospital distrital para criar o Centro de Apoio Integrado a Idosos de 5. Lázaro.

Em meados da década de 90, começámos a sentir a necessidade de repensar o papel do Grupo Concelhio face ao trabalho já desenvolvido e tendo em conta os novos desafios com que a sociedade envelhecida se defronta.

Nessa altura reorientámos o trabalho em duas frentes:

- Aprofundar o conhecimento para adequar a intervenção e criar recursos integrados.

Neste sentido, realizou-se o estudo "Envelhecimento e Velhice em Almada", através de protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Universidade Autónoma de Lisboa, que nos permitiu confirmar as características da população com que trabalhamos.

Entretanto, muitos têm sido os projectos concretizados em conjunto, dos quais ressaltamos a criação do Banco de Ortóteses, da Lavandaria do Idoso, do Apoio Domiciliário Nocturno, do Centro de Recursos de Ajudas Técnicas, a concepção e edição do Guia do Idoso e da Carta de Princípios da Intervenção Domiciliária, todos estes numa perspectiva de melhorar e alargar respostas.

Em 1993 foi criada a Lavandaria do Idoso, em instalações cedidas e equipadas pela Câmara Municipal, cuja gestão é da responsabilidade da Associação Concelhia de Apoio ao Idoso, constituída por algumas instituições, no âmbito do Grupo Concelhio.

Em 1996 foi criado o Banco de Ortóteses, por celebração de protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia de Almada (entidade gestora) e todos os parceiros que constituem o Grupo Concelhio: - Foi um serviço pioneiro de disponibilização de ajudas técnicas a preços sociais.

O Apoio Domiciliário Nocturno foi criado para prestar algum apoio nocturno aos utentes de Apoio Domiciliário das instituições em situação de maior dependência e isolamento.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Este serviço foi também implementado no âmbito de uma candidatura de parceria ao PAU em 1998, tendo sido posteriormente estabelecido acordo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Almada.

Também o programa de Cuidados Continuados de Saúde e Apoio Social, criado por despacho conjunto dos Ministros da Saúde e do Trabalho e Solidariedade, encontrou no Grupo Concelhio um espaço propício à concretização dos seus objectivos, nomeadamente através da criação de um instrumento de registo, facilitador da comunicação entre os diferentes prestadores de cuidados.

O Guia do Idoso foi elaborado pelo Grupo Concelhio e editado pela Câmara Municipal em 1999.

Em 2006 procedemos à sua actualização e contamos novamente com o apoio da Câmara Municipal na edição do Guia Sénior,

Também a Carta de Princípios da Intervenção Domiciliária surge nessa altura, da necessidade sentida pelo Grupo de reflectir e identificar princípios orientadores do Apoio Domiciliário numa perspectiva ética, definindo procedimentos que garantam o respeito pelos direitos e privacidade do utente.

Iniciámos este trabalho com diversas entrevistas a utentes de Apoio Domiciliário e seus familiares, com o objectivo de auscultar o seu sentir face ao abrir de portas aos diferentes prestadores de cuidados.

Numa segunda fase, promovemos várias sessões de reflexão sobre as questões levantadas e outras, até chegarmos ao documento final.

A Carta de Princípios foi assinada por todas as entidades prestadoras de cuidados do concelho,

O Programa de Saúde e Condição Física para a Terceira Idade “Alma Sénior” foi criado em 1995 por iniciativa da Câmara Municipal, no âmbito do

Grupo Concelhio e conta com a participação:

Do Instituto Superior de Ciências da Saúde — Sul,

- Do Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação,

- Dos Centros de Saúde, das Juntas de Freguesia e de diversas colectividades do concelho.

Trata-se de mais um recurso destinado aos idosos, que dispõe das modalidades de ginástica de manutenção e danças, natação e ginástica aquática, passeios ambientais e colóquios sobre saúde e condição física, abrangendo cerca de 700 utentes por ano,

Nos últimos anos, o Grupo Concelhio de Idosos de Almada tem mantido a orientação de investir na área da formação, procurando abranger direcções, técnicos e prestadores directos de cuidados, abordando diversas temáticas.

Neste âmbito, destacamos a organização desde há dois anos de acções de formação de assistentes de geriatria, em articulação com a Concilium, entidade formadora sediada no concelho»

- Fim de citação!

Neste contexto e face ao citado, o que nos oferece dizer em nota de conclusão, é de que o CDS ao propor criar o gabinete municipal para os idosos, manifesta um profundo desconhecimento da realidade existente.

Senão vejamos:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. O Grupo Concelhio de Idosos de Almada constituiu-se em 1981 e a Câmara Municipal, integra-o desde a primeira hora

II. O Grupo Concelhio de idosos de Almada é constituído —

Por oito associações, uma mutualidade, uma Misericórdia, uma instituição diocesana de direito Canónico, nove centros paroquiais, um estabelecimento oficial, uma cooperativa, três Serviços desconcentrados da administração pública (segurança social e saúde) e pela autarquia de Almada.

III. O Grupo Concelhio de idosos de Almada tem por missão:

- Garantir a cidadania activa dos idosos do Concelho, visando as adaptações necessárias ao exercício dos direitos.
- Contribuir para uma análise global e articulada dos problemas da população idosa.
- Potenciar recursos, promovendo a sua articulação e contribuição para a melhoria dos serviços prestados,
- Sensibilizar a comunidade para os problemas dos idosos e contribuir para a alteração da imagem da velhice.

A Câmara Municipal de Almada dialoga e trabalha, como se comprova, em parceria com as estruturas do Concelho para resolver os problemas, também os problemas dos idosos.

Apesar do contexto político adverso, devido às políticas do Poder Central responsáveis por níveis de pobreza gritantes, que colocaram Portugal na miséria em que se encontra, políticas que destroem estruturas, retiram apoios sociais e atacam os direitos dos trabalhadores, no activo e reformados, fazendo-os recuar ao nível o século XIX. Políticas às quais o CDS esteve e está associado.

Quanto à proposta que apresenta a apreciação desta assembleia, não trazendo nada de novo, peca por tardia, pelo menos em 30 anos, face à realidade concreta existente em Almada,

- Votaremos contra tal proposta!"

6.1.17 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Revés da Bancada da CDU, isto é sempre difícil, é sempre um revés ter que votar contra um documento que até se concorda, não é fácil. Houve estudo, realmente houve, mas a gente continua na mesma, não houve obra, não houve recuperação, nem há nada de novo e as pessoas continuam lá todos os dias e provavelmente hão-de continuar, e é assim porque votar, interessa é votar contra. Fica registado, vamos continuando a acompanhar o processo.

Em relação aqui a uma situação rapidamente, já se falou aqui sobre a Moção da Mobilidade, eu só tinha um dado a acrescentar. O Plano de Acessibilidades nalguns sítios está mal feito, está mal feito, não funciona. Não há humildade democrática para o admitir e nós continuamos alegremente a assobiar para o lado e eu hei-de falar aqui sempre do mesmo assunto, porque continuamos a ter como dia e como dizem os "Gato Fedorento", uma espécie de zona pedonal na Cidade de Almada, uma espécie de zona pedonal. É uma espécie de zona pedonal, toda a gente circula lá, são camiões, são autocarros, é toda a gente, mas aquilo é uma zona pedonal. Os pedonais e os peões é que têm que ter cuidado com os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

autocarros e com os carros, E agora temos uma nova variação da zona pedonal, que é a partir das cinco horas temos estacionamento à vontade na Praça MFA e adjacentes e assim caminhamos alegremente."

6.1.18 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Este trabalho na especialidade é difícil de fazer-se em plenário, mas nós à partida temos obviamente a intenção de promover a convergência, como foi notório desde o momento em que escrevemos e que apresentámos o texto. Portanto, das três alterações que apresentaram, há duas delas, as últimas duas propostas de alteração relativamente às quais nós estamos disponíveis para as aceitar. Agora, há aqui um aspecto que é o seguinte, esse texto é sobre realizações, não é sobre carências. Carências há muitas, podemos preencher páginas e páginas A4 de carências de matérias que são da responsabilidade do Governo, que são da responsabilidade da Autarquia, que são responsabilidade de privados. E do ponto de vista da economia do texto também não faz sentido, porque o que há aqui é a apresentação de realizações do Parque Escolar, e a propósito da Escola do Monte de Caparica faz-se referência às outras escolas secundárias do Concelho que já foram reabilitadas ou estão para ser reabilitadas pela mesma empresa. E portanto faz sentido o parágrafo produzido por nós. Não faz sentido estar a introduzir no meio do texto que se refere especificamente às escolas secundárias e ao parque escolar, a referenciar duas escolas que precisam de facto de ser resolvidas. Mas aí nós estamos disponíveis para estudar outros textos em que isso seja referido, embora na altura obviamente teremos que discutir como é que se resolve o problema das escolas da Trafaria e Comandante Conceição e Silva, considerando as circunstâncias e os enquadramentos em que existem e as perspectivas que existem também em termos de educação. Agora, obviamente que eu na qualidade de líder da bancada do PS estou completamente de acordo com a necessidade de encontrar soluções para os dois casos que referiu, não neste texto porque obviamente a economia do texto não o permite."

6.1.19 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A proposta da criação do Gabinete de Idosos não visava a atribuição de mais recursos humanos, mas apenas uma reorganização daqueles que existiam. De qualquer maneira entendemos que o texto é demasiado importante nos seus propósitos para merecer a mais ampla votação e portanto estamos disponíveis para a alteração de "Gabinete" para "Programa".

Quanto ao Sr. Deputado José Leitão do Partido Socialista, crio que terá de forma demasiada apressada o texto, não viu que o terceiro parágrafo é dedicado exactamente àquilo que existe, não terá lido que este programa será em articulação com as instituições existentes no Concelho e em que se fala em reforço e promoção. Claro que há coisas feitas e claro que isso é referido durante o texto.

Quanto à intervenção da CDU é a demagogia habitual. A CDU tem uma grande dificuldade em reconhecer que há coisas por fazer e que os outros partidos podem contribuir para essas coisas que há a fazer. A CDU acha-se senhora de tudo aquilo que se faz bem no Concelho de Almada. Enfim, eu não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

resisto a uma ironia de um partido que vem aqui falar de liberdades de direitos dos trabalhadores, democracia, conquistas de Abril importantes. Tinha aqui na mão esta gentileza dos SMAS e reparei no fundo o que é feito na China. É curioso, porque a China é um regime de partido único, comunista, caracterizado por um trabalho quase escravo, em condições indignas, mal remunerado e são uns paradoxos do Partido Comunista Português."

6.1.20 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Cada um de nós tem o conhecimento que tem relativamente à realidade do Concelho, àquilo que se faz àquilo que está feito, àquilo que está por fazer. É importante naturalmente que haja uma apreciação e uma avaliação sobre a nossa realidade de uma forma séria, de uma forma construtiva, de uma forma que as propostas sejam adequadas à realidade e correspondam àquilo que é necessário e àquilo que não está considerado. Nós temos o nosso Plano de Actividades e Orçamento em cada ano, e nele nós encontramos aquilo que o Município decide o que irá fazer nesse ano, neste momento nós estamos a gerir o Plano e o Orçamento de 2011 e nesse Plano e Orçamento nós encontramos nomeadamente no que diz respeito à questão da rede de abastecimento, encontramos não só referências ao trabalho que se deve fazer este ano, mas também em termos financeiros àquilo que é o investimento apontado para este ano, ao nível da conservação da rede de mercados municipais. E portanto penso que se tivermos em consideração que isso lá está e se tivermos acompanhado aquilo que foi por exemplo a elaboração do PROT da AML, em que a questão do abastecimento regional dos mercados abastecedores foi devidamente equacionado chegando ao ponto do indicar as localizações, o número de mercados abastecedores com tal necessários na região e as suas próprias localizações. Obviamente que nós sabemos que em Almada não pode haver um Mercado Abastecedor. O que existe em Almada é um mercado meio grossista, e obviamente precisa de ser continuamente acompanhado no sentido da sua manutenção e da sua conservação. Mas é verdade o que disse o Sr. Deputado Revés porque conhece esta matéria, e ainda bem que disse o que acabei de dizer porque se trata de uma pessoa conhecedora, que teve responsabilidades nesta área, o que de facto aconteceu foi esta Câmara Municipal atenta àquilo que são também as necessidades e a capacidade de iniciativa também dos nossos empresários sejam eles micro ou assim, assim, nós dialogamos com os operadores do mercado grossista no sentido de os incentivar a constituírem uma associação. Ainda houve um núcleo a funcionar e houve um protocolo delineado para que a Câmara entregasse a essa associação ou cooperativa a constituir um terreno municipal para a criação de um mercado grossista no nosso Concelho. E com uma localização perfeitamente estudada e definida e obviamente que o nosso Município neste contexto tem continuado a manter este objectivo como um objectivo interessante e se da parte dos operadores vierem a reunir condições para que isso venha a acontecer, o Município de Almada mantém-se disponível para isso mesmo. Chegou-se mesmo a estudar em termos de intervir, de um espaço para a localização de uma agência bancária, etc.. Portanto, nós temos trabalho feito e quem acompanha o trabalho do Município naturalmente que conhece estas questões. Portanto, é importante



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também quando aparecem posições como aquela que foi aqui apresentada que o conhecimento seja carreado para o órgão que é a Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal que não perguntou, eu nunca fui questionada sobre a problemática do abastecimento, portanto o PSD entendeu sem abordar esta matéria e está no seu direito, fazer uma Moção. Uma Moção desconhecedora naturalmente de antecedentes, da realidade, etc.. É o meu ponto de vista e naturalmente também entendo dever aqui dizê-lo.

Há histórico, há planeamento regional, há estudo local, há trabalho de incentivo aos operadores para constituírem enquanto entidade colectiva para a criação de um mercado grossista, isto é a realidade. E portanto penso que esta é uma questão muito importante.

Eu acho que todos os países ficaram felicíssimos quando alguma das suas Cidades ganhou um prémio seja ele qual for. Nós ganhamos o primeiro prémio da Europa relativamente à mobilidade sustentável. Dez anos de trabalho, percorremos quase todas as Freguesias, um trabalho que só nos falta ir a três Freguesias deste Concelho e em todas as Freguesias do nosso Concelho ficaram marcas. Ficou trabalho, ficaram projectos duradouros, em todas as Freguesias do nosso Concelho. De requalificação urbana, de ciclovias, de fly hovers, de Flexibus, etc., etc., etc.. E portanto é importante que se conheça, porque quando nós ganhamos um prémio que nos é atribuído pela Comissão Europeia, que veio cá, que acompanhou o nosso trabalho, que avaliou a nossa intervenção, eu penso que tal como o Sr. Presidente da República dirigiu votos de congratulação à Presidente da Câmara pelo Prémio recebido, ou a Sr.^a Ministra do Ambiente, ou o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, eu acho que a nossa Cidade por inteiro, obviamente que deveremos perceber e em particular os autarcas do que é que estamos a tratar e que prémio é este e que propósitos existem, que objectivos existem naquilo que é o Projecto da Semana Europeia da Mobilidade. É disso que estamos a falar. Agora, quando se pretende misturar tudo e fazer uma abordagem não direccionada para aquilo que está em causa mas para as questões dos transportes colectivos, obviamente que estamos a distorcer as coisas e obviamente que queremos apanhar boleia dizendo que ficamos tão contentes para depois dar a machadada a seguir. E nós não temos um Plano de Acessibilidades, nós temos um Plano de Mobilidade, um Plano de Mobilidade que está concretizado no nosso Concelho e que tem medidas que podem ser replicadas no sentido de domar os automóveis, no sentido de criar mais segurança para os cidadãos etc., etc., por todo o nosso território concelhio. Mas o Plano de Mobilidade está concretizado, mas o que se pretende é naturalmente aproveitar alguma insatisfação de algumas pessoas que têm as suas razões e não vou comentar, para se continuar a fazer aqui uma guerrinha com o argumento do Plano de Mobilidade. Mas depois veja-se a desfaçatez, já se diz, o problema de Almada Centro é ser pedonal, mas depois diz-se, mas tem automóveis, mas passam os carros, afinal do que é que estamos a falar? Há problema ou não há problema? É que a questão que é trazida é, vamos acabar com o Plano de Mobilidade porque há um problema, mas depois não há problema, porque vem aqui ser dito que afinal passam os carros, que afinal existem estacionamentos, etc.. Mas afinal vamos falar a sério. E é disso que importa, falar sério pensando em Almada e nos almadenses. E quer o PS que o PSD têm muitas responsabilidades naquilo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que é o Sistema de Transportes na Área Metropolitana de Lisboa, aplicaram mal o dinheiro. O dinheiro da Comunidade foi mal aplicado, não resolveram os problemas dos transportes na área Metropolitana de Lisboa. Os problemas que existem nos Municípios são os problemas das políticas nacionais relativamente aos transportes. A política tarifária resolve? Resolve a transferência das pessoas para os transportes colectivos? A interligação entre os diferentes modos de transportes resolve? A viabilidade nos transportes colectivos resolve? Pois bem, Governos centrais resolvam o problema dos transportes colectivos e seguramente que as Cidades viverão naturalmente muito melhor. E portanto, queria aqui deixar estas notas porque me parece absolutamente essencial clarificar estas coisas.

Queria por outro lado também dizer que em relação às questões de Cacilhas isto é uma falsidade. Aquilo que vem aqui relativamente a Cacilhas é das maiores falsidades, porque quem aqui traz esta proposta sabe perfeitamente que foi a Câmara Municipal que adquiriu a Estação Arqueológica do Almaraz, não estamos a falar ali de uma coisinha, estamos a falar de uma estação arqueológica do tempo dos fenícios que a Câmara Municipal adquiriu, comprou ao proprietário, salvaguardando a estação arqueológica do Almaraz. E também sabem porque têm participado nos fóruns de participação pública relativamente àquilo que é o trabalho de elaboração do Plano de Pormenor do Estudo de Enquadramento Estratégico, do estudo do Plano de Pormenor para a Quinta do Almaraz. Portanto salvaguardada. Não há melhor salvaguarda do que aquela que foi feita pela Câmara ao adquirir toda a Quinta e nela a estação arqueológica salvaguardando de facto.

Depois as Salgadeiras? Bem, talvez por ser mais velha tenho memória do tempo em que se interveio em Cacilhas construindo a estação rodoviária de Cacilhas e nessa altura todo o trabalho de investigação com a Câmara Municipal e o Centro de Arqueologia relativamente ao estudo das salgadeiras romanas e é um trabalho científico no sentido de conservar as salgadeiras romanas tratando tecnicamente o que lá estava e fazendo a respectiva cobertura com o acompanhamento do IPAR. É preciso ser sério quando se trata destas e de todas as matérias. Portanto, queria deixar aqui também esta nota. Quando se fala do moinho e dos interesses imobiliários isto de facto brada aos céus, porque quem vem aqui apresentar esta proposta esteve no Fórum de Participação Pública sobre o Plano de Pormenor de Cacilhas e percebeu que vamos ganhar se o Plano vier a ser concretizado e aprovado, vamos ganhar a ligação ao Rio. Aquela ligação que nos foi tirada há muitos anos atrás, para que ali houvesse a indústria naval onde estava a Parry & Son e propriedade privada, o que está a apontar-se é a permuta dessa área para devolver o Rio às populações por área construída no morro que é propriedade da Câmara. E salvaguardar a memória do Moinho. Salvaguardar a memória não é a mesma coisa que deixar lá o Moinho. E o património é também a memória e nós não tínhamos lá o Chafariz, no entanto estamos a trabalhar e não é assim uma ilusão, estamos mesmo, e há projecto e vai-se colocar não como Chafariz a deitar água, mas como naturalmente memória do Chafariz, porque nós vivemos outro tempo, já não vamos ao chafariz buscar água. Portanto esta questão também falar aqui em interesses imobiliários quando se sabe que isto não é verdadeiro isto não é contribuir naturalmente para um funcionamento que seria desejável em termos políticos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Depois queria deixar nota de que também quando o Governo faz é porreiro e bate-se palmas, quando o Governo faz alguma coisa aqui vem o PS a bater palmas porque o Governo fez, palmas da parte pública e tal. Mas a parte pública ainda não resolveu os grandes problemas que também constituem a Escola Conceição e Silva, e a Escola da Trafaria e eu nem sei se a Escola Francisco Simões vai ter ou não vai ter pavilhão, mas isso ainda não sei, ainda não me foi dito, mas hei-de saber algum dia. Mas estas duas questões de facto estão por resolver e são problemas sérios, e portanto quando se bate palmas àquilo que o Parque Escolar está a fazer ou irá fazer, eu não sei, vamos ver depois de 5 de Junho como é que é, não sei. Mas o que eu digo é que os problemas existem e também devem ser colocados. Mas quando se diz, quando se fala do Governo e da Câmara, mas alguém divida que o dinheiro não é do Governo? Os Fundos Comunitários não são do Governo! Os Fundos Comunitários são do País. O único dinheiro que é público em termos nacionais é do Poder Local que vai para a participação nacional, quem é que tomou a iniciativa de desenvolver contactos, contactar "n" instituições, apresentar uma candidatura ao QREN em que muitas outras ficaram para trás e a nossa de Almada Poente - Regeneração para uma Nova Centralidade foi aprovada e as piscinas estão lá a ser construídas e a biblioteca está lá a ser construída, e os espaços exteriores a ser requalificados, então mas isso não se diz, não porque isso é valorizar o trabalho da Câmara Municipal, então a gente fala é do Parque Escolar, o Parque Escolar é que está a fazer umas coisas. Agora o resto, aquilo que foi da iniciativa da Câmara de desenvolver e com o mérito de todos os parceiros, porque não o tiramos e por isso é muito correcta a proposta que a Deputada Cristina aqui traz, valorizar todos, mas não, não se quer valorizar aquilo que naturalmente quando se trata de valorizar o trabalho da nossa autarquia. Isto é mau, isto é muito negativo em termos democráticos e da construção do nosso Concelho. Eu diria que isto é para valorizar o Governo e aquilo que supostamente o Governo vai fazer.

Porque é que não se aceita que se diga o IRHU, a Junta de Freguesia, a AMI, etc., etc., e não o Governo. Porque é que vocês não valorizam a iniciativa da Câmara? Vocês não valorizam, essa vocês ignoram. Depois queria deixar nota de que a União Capricho não é um nucleozinho, não é um pequeno número, nós em cerca de uma dezena de colectividades centenárias e mais do que centenárias temos cerca de dois mil anos, dois mil anos de história. Do meu ponto de vista esta saudação ao Capricho que fez cem anos é de uma pobreza do meu ponto de vista elementar. Não tem alma.

Depois queria dizer que em relação ao Gabinete Municipal para o Idosos, é preciso conhecer o que se faz no Concelho, é preciso conhecer a rede social, desde que ela nasceu neste Concelho até aos dias de hoje. Já vieram aqui algumas notas que deram para perceber trinta anos de trabalho de grupo concelhio de idosos e depois há o da toxicoddependência e muitos outros. E uma rede solidária que tem mais de centena e meia de instituições a trabalharem no terreno e de forma articulada no nosso Concelho. Portanto é quem não conhece, quem não conhece quer enfim pôr-se à frente porque está muito preocupado com os idosos e portanto não vai conhecer, não vai tentar perceber e portanto aquilo que faz é desajustado da realidade."

6.1.21 - A Sr.^a Deputada Municipal José Joaquim Leitão (PS):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Utilizo a palavra só para uma pequena nota, e que é uma nota de lamento pela intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara. Porque a Sr.^a Presidente da Câmara não quis ouvir, não leu e pronunciou-se de forma absolutamente sectária sobre um texto que tinha uma finalidade construtiva. Não é um valor negativo referir as convergências entre o Governo e o Município. Quando se refere a convergência está-se a referir o esforço do Governo, o esforço da Autarquia e a capacidade que têm de se entenderem. E a Sr.^a Presidente aqui demonstrou que da parte dela não podemos esperar essa capacidade."

6.2 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados.

6.2.1 - A Moção/Deliberação sobre Prémio Semana Europeia da Mobilidade, apresentada pelo Deputado Municipal Luís Varela Pais, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), dezoito votos a favor (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD e do BE) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).

6.2.2 - A Moção/Saudação 1º de Maio, apresentada pelo Deputado Municipal José Augusto Oliveira, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do PSD - António Salgueiro).

6.2.3 - A Moção/Deliberação Pela preservação do património Histórico de Cacilhas, apresentada pelo Deputado Municipal Miguel Salvado, foi rejeitada com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, do BE e do CDS-PP).

6.2.4 - A Moção Deliberação Projecto Educativo da Escola Secundária do Monte e a Caparica, Uma Nova Centralidade, apresentada pelo Deputado Municipal José Joaquim Leitão, foi aprovada por maioria com quarenta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD e do BE) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).

6.2.5 - A Moção/Saudação Ao Clube Recreativo União Capricho, apresentada pelo Deputado Municipal Nuno Pinheiro, foi aprovada por unanimidade.

6.2.6 - A Moção/Saudação 25 de Abril de 1974, apresentada pela Deputada Municipal Paula Cristina Coelho, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do BE) e sete abstenções (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

6.2.7 - O Projecto de Deliberação sobre Idosos, apresentado pelo Deputado Municipal Fernando Pena, foi rejeitado por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), dezanove votos a favor (de eleitos do PS, do PSD, do BE e do CDS-PP) e uma abstenção (de eleito do PS - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria).

6.2.8 - A Moção/Deliberação Por um Mercado Abastecedor de Almada, apresentada pelo Deputado Municipal Miguel Salvado, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, do BE e do CDS-PP).

7 - Usaram da palavra os Deputados Municipais Luís Filipe Pereira, Fernando Pena e Nuno Avelar Pinheiro para declarações políticas.

7.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nestes últimos meses, ocorreram uma sucessão de acontecimentos assinaláveis, não só no nosso País, como na Europa e no mundo.

A onda de liberdade que está a passar pelo Norte de África, e apesar de o povo Líbio estar entre o fogo de Kadhafi e os mísseis da NATO, ela vai até à Síria, Lémen e Arábia Saudita, governadas por reis e senhores do petróleo, no caso todos "amigos do Ocidente".

Recentes são também as devastadoras ondas sísmicas e o tsunami japonês que abalaram o mundo, sobretudo pelo drama humano de dimensões absolutamente assustadoras e pela catástrofe nuclear de Fukushima, cujos efeitos negativos ninguém pode antecipar!

Também o velho continente foi abalado por tempestades de outro tipo, que já colheram a Islândia, a Grécia, Irlanda e agora nos batem à porta. Mas não vão ficar por aqui... Não se trata de catástrofes naturais, mas provocadas pela ganância financeira num mundo desgovernado pelo neoliberalismo. A bolha especulativa da economia de casino estava programada para rebentar, como alertavam há mais de uma década vários prémios Nobel da economia.

Desde finais de 2008, os Estados cuja intervenção nos mercados foi diabolizada ao longo de décadas, injectaram fortunas para salvar bancos cujos activos estavam ao nível do lixo, apesar de receberem notas elevadas das agências de rating. Os mesmos bancos que, a partir de 2010, lançaram a gigantesca operação especulativa contra as dívidas soberanas dos Estados que os salvaram. O capitalismo neoliberal mostra a sua verdadeira face!

QUE DIA É HOJE? Citando "FMI" de José Mário Branco, um clássico cada vez mais actual, "o FMI não aterrou na Portela, coisa nenhuma"... Mas a dura realidade é que eles aí estão! E, ao contrário do que nos querem fazer crer, nem todos perdem com a sua chegada: os bancos, por exemplo, já sonham com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o seu quinhão de liquidez dos 80 mil milhões de euros a baixo juro para subirem as taxas que impõem à economia produtiva e a dezenas de milhares de cidadãos ameaçados de despejo por já não conseguirem pagar a prestação da casa.

Há uns dias atrás, a sempre eloquente Ana Gomes destacada dirigente do PS, dizia:

“Eu tive muita pena, que o PCP e o Bloco de Esquerda se recusassem a ir dialogar com esta Troika, acho que é uma demissão irresponsável de quem se quer pôr de fora de uma solução que tem que ser abrangente tem que ser o mais espaldada possível e mesmo que eles não se responsabilizassem não quisessem co-responsabilizar-se com o resultado da negociação eles ao dialogar ajudariam o governo a colocar a fasquia mais alta do ponto de vista dos nossos interesses.”

Um outro grande fazedor de opinião, Miguel Sousa Tavares, uns dias antes já tinha dito do alto da sua sapiência, referindo-se ao PCP e ao Bloco de Esquerda: “Não faz sentido que antes de serem oficializadas as medidas já são contra, o mínimo era ir lá expor as preocupações que têm e qual é a visão diferente deles. O facto é este: até 15 de Julho a República Portuguesa tem 5 mil milhões de euros para pagar e no final desse mês o estado português entra em falência se não for ajudado.

Não há pagamento para funcionários públicos, não há pagamentos para fornecedores, não há pagamento para coisa nenhuma e portanto se a extrema-esquerda é contra esta solução tem a obrigação política de dizer qual é a alternativa (...) não conheço fontes alternativas que o PC tenha ou o BE tenha que nos possam emprestar dinheiro nesta situação de emergência.

E concluiu “O que importa não é discutir de quem é a culpa; o que importa é como é que saímos daqui”. É preciso descaramento para fazer passar a ideia de que são o PCP e o BE os responsáveis por esta situação, precisamente os dois partidos que nunca tiveram nenhum tipo de responsabilidade governativa!

A grande questão hoje é: quem ganha e quem perde com o FMI? Quem paga a dívida externa e a enorme dívida social aos trabalhadores e aos dois milhões abaixo do limiar da pobreza? A esta pergunta crucial, só há duas respostas: a do bloco FMI e a alternativa de esquerda.

O primeiro é formado por todos os partidos que aprovaram os PEC's e, assim, estenderam a passadeira ao FMI. Neste bloco, a coerência não é moeda corrente: o professor Cavaco Silva, alertava nas presidenciais contra “os cortes cegos” do FMI. Passos Coelho recusou o PEC 4 no Parlamento, mas perante Merkel, jurou fidelidade a este e aos PEC que se seguirem. Sócrates, entronizado no Congresso do PS como “o querido líder”, jurava “fazer tudo para evitar a vinda do FMI”, mas hoje declara-se o mais competente para governar com ele. Em rodapé, o CDS de Paulo Portas está pronto para qualquer coisa, num governo bi ou tripartido...

Os programas destes partidos serão fiéis ao FMI, mais promessas vãs e imposição de salários baixos, entrega de bens e serviços públicos aos privados, mais exploração, e aumento da pobreza no nosso País; um País que carrega com o drama do desemprego; 700.000 desempregados e um milhão e quinhentos mil pensionistas com pensões inferiores ao ordenado mínimo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E agora, Portugal vai ajudar o FMI a continuar a engordar os seus lucros, que recentemente registaram um acréscimo de 40%, muito à custa dos empréstimos à Grécia e à Irlanda.

No dia 5 de Junho o povo português fará escolhas. Podem submeter-se como tem acontecido regularmente, aos ditames dos senhores do país e votar nas duas troikas, ou romper com o costume e optar por soluções à esquerda.

Portugal é um país que pode vencer as dificuldades com rigor e exigência!

No próximo dia 5 de Junho não podemos perder a oportunidade de penalizar quem tem desgovernado o nosso país!

7.2 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Já nesta Assembleia tivemos a oportunidade de demonstrar o atentado ambiental, paisagístico, cultural e social que constitui a Estrada Regional 377-2 e a estranha coligação de interesses que junta tantos partidos em torno de um projecto tão danoso.

Já mostrámos que a estrada é inútil, que não serve a população, que priva o concelho do seu mais rico património e que tem uma óbvia alternativa com muito menores impactes ambientais e económicos.

Já manifestámos a nossa indignação pela destruição das Terras da Costa, que têm características únicas na Europa, ainda por cima num momento em que a crise mundial acentua a relevância da agricultura nas metrópoles.

Já reiterámos a solidariedade com os agricultores das Terras da Costa, que foram conquistadas para uso agrícola por sucessivas gerações de pessoas e constituem um precioso legado do engenho humano à história do concelho.

Já deixámos clara a preocupação pelo ataque à Paisagem Protegida da Arriba Fóssil, à Reserva Ecológica e à zona primordial bicentenária da Mata Nacional dos Medos, que deveriam ser património a valorizar e a legar às gerações vindouras.

Já vimos que a ER 377-2 não respeita o Plano Director Municipal e repete em grande parte a Via Turística reprovada pelo Supremo Tribunal Administrativo.

Já compreendemos que a estrada quer despejar na Charneca os 17 mil utentes dos novos parques de campismo, com prejuízos sérios para a população local, já se si tão fustigada por um planeamento do território que acumula décadas de erros profundos.

Já percebemos, da consulta do processo, que a ER 377-2 abre as portas à especulação imobiliária em zonas naturais protegidas.

O Relatório de Conformidade do Projecto de Execução (RECAPE refere que, no troço em causa, a Declaração de Impacte Ambiental não é cumprida.

Em 3 de Setembro de 2010, o Senhor Provedor de Justiça informou ter questionado a Presidente da Câmara Municipal de Almada e o Presidente do Conselho de Administração da EP-Estradas de Portugal, SA sobre o licenciamento da construção da Estrada Regional 377-2.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Segundo o Gabinete do Provedor, é fundamental «apurar a razão pela qual ainda prossegue a avaliação de impacto ambiental quando a Direcção Regional de Agricultura e Ribatejo e Oeste já deu um parecer desfavorável quanto ao estudo prévio sobre a obra, que sacrifica perto de 9 hectares de solos de uma várzea de elevadíssima fertilidade. Neste contexto, a prossecução da avaliação do Impacte ambiental, poderá condicionar as autoridades agrárias, compelindo-as a rever a sua oposição.» No despacho conjunto 5117/2011, dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao mesmo tempo que se reconhece «que para a construção desta via será ocupada uma área significativa de terreno que se encontra integrada em RAN — Reserva Agrícola Nacional», declara-se o relevante interesse público da ER 377-2. Este despacho materializa os receios legítimos do Senhor Provedor de Justiça.

Logo de seguida, o despacho 6514/2011 do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações promove a expropriação com carácter urgente de 50 lotes de terreno agrícola para a construção da ER 377-2.

É lamentável que, num governo demissionário, duas figuras emirjam no frete à Câmara Municipal de Almada e às negociatas do imobiliário. É lamentável que se continue a sacrificar património que é de todos porventura em nome da especulação imobiliária, em nome das contas bancárias, em nome de uma terra sem futuro.

Rui Pedro de Sousa Barreiro, Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

Paulo Jorge Ribeiro de Campos, Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações

Maria Emília Neto de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Almada

António José Gaspar Neves, Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica

António Fonseca Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da Costa Polis

Juntamente com todos os vereadores e deputados municipais que o viabilizaram, são os responsáveis por um atentado ambiental hediondo.

É bom que os cidadãos saibam os seus nomes. Num país à séria, gente responsável por um projecto destes estaria a contas com justiça.

Mais do que nunca, são actuais as palavras do Dr. Miguel Sousa Tavares:

«Acuso essa exaltante conquista de Abril, que é o poder local, de ter destruído, por ganância dos seus eleitos, todo ou quase todo o litoral português. (...) Acuso esta gente que só sabe governar para eleições, que não tem sequer amor algum à terra que os viu nascer, que enche a boca de palavrões tais como “preservação do ambiente” e “crescimento sustentado” e que não é mais do que baba nas suas bocas, de serem os piores inimigos que o país tem. Gente que não ama Portugal, que não respeita o que herdou, que não tem vergonha do que vai deixar.»

7.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ainda em referência à Saudação à Capricho, a minha Professora de Instrução Primária dizia que eu nunca mostrava o que sabia. De facto sei mais sobre a Capricho do que aquilo que mostrei ali, mas não sei o suficiente e fiquei muito interessado por aquela Colectividade.

Riscos para o Património

- O Património edificado tem vindo a revelar um factor de crescente importância no desenvolvimento local. É por um lado um elemento construtor da identidade para os residentes, sendo por outro um motor do turismo;
- Almada é um Concelho que cresceu muito rapidamente nas últimas décadas não tendo, por esse motivo, um património edificado correspondente à sua importância actual. O site do IGESPAR dá conta de 20 edifícios e outros objectos, classificados, em vias de classificação ou a quem foi recusada a classificação. Não se reduz a estes aquilo que a população de Almada considera como seu património,
- A preservação do património é sempre um objecto de escolha, é necessário definir uma política. Nunca é possível preservar tudo, muitas vezes é necessário adiar grandes intervenções, garantindo entretanto que se pare a degradação;
- Em Almada tem havido alguma intervenção neste campo, algumas de grande sucesso (exemplo Casa da Cerca), porém a situação geral é muito preocupante;
- Muitos dos edifícios citados no site do IGESPAR estão em muito mau estado, não se conhecendo planos para a sua recuperação nem intervenções que evitem a continuação da sua degradação;
- É particularmente preocupante a situação de dois edifícios na Freguesia de Caparica, a Fortaleza da Torre Velha (Monumento Nacional), talvez o edifício de maior importância histórica e patrimonial no concelho e a Capela de S. Tomás de Aquino (Imóvel de Interesse Público);
- Não parece existir uma política ou uma estratégia municipal de preservação do património o que leva a que as intervenções tenham um carácter pontual sem sentido de prioridade.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

- Manifesta a sua preocupação com a situação de uma grande parte do património edificado no Concelho de Almada;
- Recomenda que sejam rapidamente iniciadas intervenções que evitem a continuação da degradação de muitos edifícios;
- Recomenda que seja definida uma estratégia municipal para o património, resultante de estudos feitos com a colaboração de centros de investigação universitários, com definição de prioridades e em que não seja esquecido o património industrial.

7.4 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não posso deixar de protestar veementemente contra a forma caluniosa e ofensiva como o Sr. Deputado Fernando Pena aqui interveio há pouco."

8 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Amélia de Jesus Pardal, António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Nuno Filipe Miragaia Matias.
- 10**- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Joana Fernandes, da Agência Lusa, Senhor Fernando Fitas, do Notícias de Almada, Aníbal Martins, Boletim Municipal DIRP - CMA e de setenta e seis Senhores Munícipes, registando-se ainda a presença da Sr.^a Professora Laura Girão e dos Alunos Ana Branco; Ana Fialho; Ana Fernandes; Ana Duarte; Bruno Vidigal; Carolina Ferreira; Daniela Martins; Inês Maia; José Guerra; Miguel Mascarenhas; Paulo Couraceiro e Rodrigo Gonçalves da Escola Secundária Emídio Navarro.
- 11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.
- 12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H10 do dia 28 de Abril de 2011.
- 13** - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO _____